

Relatório e Contas

2023

ambisousa® 

1. Introdução

O Conselho de Administração da Ambisousa, no cumprimento do disposto no artigo 16.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, bem como do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa Pública Intermunicipal Ambisousa, apresenta os instrumentos de prestação de contas da empresa, o relatório da sua atividade e o parecer do fiscal único.

Lousada, 16 de abril de 2024

O Conselho de Administração,



Dr. Antonino Sousa

Presidente



Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

Mensagem do Conselho de Administração:

A Ambisousa foi oficialmente criada em outubro de 2002, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes vinte e um anos, com grande empenho, foi possível passar da selagem das antigas lixeiras para soluções que foram incorporando as melhores tecnologias disponíveis a cada momento.

Assim, numa primeira fase e como alternativa às lixeiras, construíram-se dois aterros sanitários utilizando as melhores tecnologias disponíveis à época. Em 2023 foi concluída a primeira fase da selagem final dos aterros sanitários de Lustosa e Rio Mau, com um investimento que ascende a cerca de 3 milhões de euros.

Numa lógica de redução dos resíduos conduzidos a aterro, apostou-se também, fortemente, na reciclagem, tendo-se efetuado um reforço dos meios operacionais disponíveis, permitindo um incremento da acessibilidade ao serviço de recolha seletiva prestado aos nossos municípios.

Enquadradas num previsível aumento dos quantitativos enviados para reciclagem, encontram-se já em execução duas candidaturas financiadas pelo POSEUR: "Projetos inovadores – Ecocentros Móveis" e "Recolha Seletiva Porta-a-Porta em Zonas Piloto".

A Ambisousa tem de enquadrar a sua estratégia numa ótica de rentabilização de recursos. Por isso, tentámos sempre aproveitar as disponibilidades financeiras do atual quadro comunitário, e temos vindo a preparar candidaturas que diminuam o nosso esforço financeiro.

Neste sentido a Ambisousa viu aprovada mais uma candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), com uma comparticipação de 8 milhões de euros. Com um custo total aproximado de 18 milhões de euros, este será o maior investimento de sempre da Ambisousa, a construção de uma Unidade de Valorização Orgânica de Biorresíduos recolhidos seletivamente, garantindo desta forma uma solução de tratamento para esta fração, cuja recolha seletiva será obrigatória em 2024.

Novos desafios nos esperam. É a procura de soluções e estratégias para estes novos desafios que nos motivam para continuar a trabalhar de modo a contribuir para uma região ambientalmente mais sustentável.

Em 2024 esperamos continuar a responder positivamente aos novos desafios que nos foram postos.

O Conselho de Administração,



Dr. Antonino Sousa

Presidente



Nuno Fonseca

Vogal



Dr. Alexandre Almeida

Vogal

2. Sumário

Os resíduos de embalagem representam uma parte significativa dos resíduos urbanos produzidos no Vale do Sousa e, dado o elevado potencial de reciclabilidade que estes resíduos possuem, torna-se fundamental promover a sua recuperação e subsequente valorização, assumindo-se como uma área prioritária para a Ambisousa.

A aprovação da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro (PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020) veio definir metas específicas para cada sistema de gestão de RU que asseguram, no seu todo, o cumprimento nacional das metas comunitárias e que têm por base os princípios de equidade e de proporcionalidade de esforço, reconhecendo as boas práticas e incentivando ao maior esforço nos restantes casos. O PERSU 2020 assume metas ainda mais ambiciosas do que as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de maio (transposição da Diretiva “Embalagens”), encontrando-se agora atribuídas metas específicas à Ambisousa, relativamente a mínimos de preparação para reutilização e reciclagem, à máxima deposição de RUB (Resíduos Urbanos Biodegradáveis) em aterro e às retomas de recolha seletiva.

A Portaria n.º 241-B/2019, publicada a 31 de julho em Diário da República, vem aprovar o PERSU 2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).

Tal como consta no documento “PERSU2020+, Reflexão Estratégica e Ajustamentos às Medidas do PERSU2020”, apresentado no mês de julho, foi reconhecido que “o nível de ambição colocado nas novas metas europeias relativas à deposição de resíduos em aterro, preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, reciclagem de embalagens e de redução do plástico coloca a Portugal desafios de grande complexidade que exigem respostas inequívocas, pluridisciplinares e integradas para a sua resolução, nomeadamente alterações estratégicas, reconversão de tecnologia e mudança de comportamentos dos cidadãos, torna-se imperioso a tomada de medidas para realinhar as linhas estratégicas que permitam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo PERSU 2020.

O PERSU 2020+ configura uma abordagem temporal até ao período 2025, sendo que se justifica que a breve prazo venha a ser criado um Grupo de Trabalho para elaborar o novo Plano Estratégico setorial para 2035.

Deste modo, tendo em conta estas orientações e o cumprimento estrito das metas estabelecidas, a atuação da Ambisousa passará por implementar ações que vão de encontro à motivação para incrementar a prevenção, a reciclagem e a reutilização, bem como ao desvio efetivo dos RUB de aterro. Nesta perspetiva, a deposição em aterro deverá ser encarada como a última opção de tratamento dos resíduos produzidos.

O PERSU 2030 foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março e visa dar continuidade à aplicação da política nacional de resíduos, orientando os agentes envolvidos para a implementação de ações que permitam ao país estar alinhado com as políticas e orientações comunitárias, contribuir para o aumento da prevenção, reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos, com a consequente redução de consumo de matérias-primas naturais de recurso limitado.

Este plano foca-se na prevenção da produção de resíduos e na recolha seletiva, tendo particular atenção às novas frações: resíduos têxteis, resíduos perigosos e biorresíduos, dando ainda relevância à promoção do uso dos materiais provenientes de resíduos (combustível derivado de resíduos, composto, recicláveis recuperados, biogás e cinzas/escórias).

Em 2023 foram produzidas 147.018 toneladas de resíduos urbanos no Vale do Sousa, das quais 90% foram depositadas em aterro sanitário e apenas 10% recolhidas e encaminhadas para triagem e valorização. Este facto permite constatar a elevada dependência do Sistema nos aterros sanitários existentes.

O aterro sanitário de Penafiel recebeu 68.924 toneladas de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, enquanto o aterro sanitário de Lustosa recebeu 63.767 toneladas, correspondendo na globalidade a uma redução de 1,3%, face a 2022.

As unidades de triagem da Ambisousa receberam 14.328 toneladas de resíduos potencialmente valorizáveis, das quais 12.650 toneladas foram efetivamente enviadas para reciclagem e valorização.

A taxa de reciclagem calculada na Ambisousa em 2023 foi de 33,83%.

Em termos per capita, o desempenho da Ambisousa aumentou para os 39 kg/hab.ano, valor mais alto de sempre. Os municípios de Lousada, Paredes, Paços de Ferreira e Penafiel foram os que apresentaram melhor desempenho por habitante, com variações entre os 43 kg/hab.ano e 39 kg/hab.ano.

A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactos negativos que advenham da sua gestão. É, pois, com elevada satisfação, que verificamos que as metas traçadas neste âmbito pela Ambisousa têm sido cumpridas na sua generalidade.

3- Deposição de RSU

No ano de 2023, foram produzidas no Vale do Sousa 147 018,36 toneladas de Resíduos Urbanos (RU)¹, das quais 134 125,38 toneladas foram confinadas nos aterros sanitários de Lustosa (64 802,06 toneladas) e de Penafiel (69 323,32 toneladas).

Em termos de resíduos indiferenciados (RSU), no ano de 2023 foram produzidas 132 690,36 toneladas, o que se traduziu, face ao ano de 2022, numa redução de 1,3%. A taxa de capitação manteve o valor obtido em 2021 de 1,1 kg/hab.dia. A redução dos RSU verificou-se em todos os municípios da Ambisousa, tendo sido produzidas menos 1700 toneladas do que no ano anterior.

Tabela 1 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Penafiel (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Paredes	Penafiel	Refugo ²	Total(ton.)
Janeiro	450,30	3 099,62	2 408,72	33,78	5 992,42
Fevereiro	362,62	2 542,88	1 899,76	14,30	4 819,56
Março	424,92	2 991,80	2 193,90	47,42	5 658,04
Abril	404,90	2 883,24	2 157,60	8,62	5 454,36
Maior	449,66	2 985,46	2 257,34	46,92	5 739,38
Junho	444,06	3 090,78	2 348,14	26,66	5 909,64
Julho	471,24	3 244,48	2 391,68	22,64	6 130,04
Agosto	515,72	3 293,68	2 544,10	45,34	6 398,84
Setembro	434,30	3 121,70	2 270,16	37,36	5 863,52
Outubro	472,22	3 098,20	2 336,90	33,28	5 940,60
Novembro	417,86	3 025,00	2 345,86	50,28	5 839,00
Dezembro	409,70	2 891,22	2 244,06	32,94	5 577,92
Total	5 257,50	36 268,06	27 398,22	399,54	69 323,32

No mesmo período, no Aterro Sanitário de Lustosa, foram depositadas as seguintes quantidades de RSU:

Tabela 2 - RSU depositados no Aterro Sanitário de Lustosa (ton.)

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Refugo	Total (ton.)
Janeiro	1 919,00	1 584,06	1 961,28	153,54	5 617,88
Fevereiro	1 578,10	1 261,83	1 528,76	109,94	4 478,63
Março	1 794,56	1 500,00	1 786,06	94,14	5 174,76
Abril	1 819,78	1 503,00	1 784,48	58,44	5 165,70
Maior	1 846,00	1 553,20	1 914,12	83,24	5 396,56
Junho	1 922,09	1 605,54	1 951,02	81,06	5 559,71

¹RSU + Resíduos rececionados nas Unidades de Triagem;

² Inclui o refugo proveniente do desmantelamento de colchões (resíduos têxteis: 206,66 ton)

Mês	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Refugo	Total (ton.)
Julho	1 973,30	1 697,42	1 989,76	61,04	5 721,52
Agosto	2 105,18	1 774,14	2 077,48	91,18	6 047,98
Setembro	1 914,94	1 600,60	1 883,12	76,24	5 474,90
Outubro	1 913,86	1 591,28	1 954,88	68,08	5 528,10
Novembro	1 888,74	1 547,60	1 855,70	82,96	5 375,00
Dezembro	1 777,48	1 523,10	1 885,12	75,62	5 261,32
Total	22 453,03	18 741,77	22 571,78	1 035,48	64 802,06

No ano de 2023 foram produzidas 1.228,36 ton. de refugo proveniente das estações de triagem da Ambisousa (1035,48 ton da estação de triagem de Lustosa e 192,88 ton. da estação de triagem de Rio Mau), tendo sido posteriormente confinadas nos respetivos aterros sanitários.

Foram também depositadas no aterro sanitário de Penafiel um total de 206,66 ton de resíduos, provenientes do desmantelamento de colchões.

Deste modo, conforme referido anteriormente, a deposição global de resíduos em aterros do Vale do Sousa foi de 134 125,38 ton. (tabela 3).

Tabela 3- Resíduos depositados em aterro no Vale do Sousa (ton.)

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Refugos depositados em aterro	Total (ton.)
Janeiro	450,30	1 919,00	1 584,06	1 961,28	3 099,62	2 408,72	187,32	11 610,30
Fevereiro	362,62	1 578,10	1 261,83	1 528,76	2 542,88	1 899,76	124,24	9 298,19
Março	424,92	1 794,56	1 500,00	1 786,06	2 991,80	2 193,90	141,56	10 832,80
Abril	404,90	1 819,78	1 503,00	1 784,48	2 883,24	2 157,60	67,06	10 620,06
Maio	449,66	1 846,00	1 553,20	1 914,12	2 985,46	2 257,34	130,16	11 135,94
Junho	444,06	1 922,09	1 605,54	1 951,02	3 090,78	2 348,14	107,72	11 469,35
Julho	471,24	1 973,30	1 697,42	1 989,76	3 244,48	2 391,68	83,68	11 851,56
Agosto	515,72	2 105,18	1 774,14	2 077,48	3 293,68	2 544,10	136,52	12 446,82
Setembro	434,30	1 914,94	1 600,60	1 883,12	3 121,70	2 270,16	113,60	11 338,42
Outubro	472,22	1 913,86	1 591,28	1 954,88	3 098,20	2 336,90	101,36	11 468,70
Novembro	417,86	1 888,74	1 547,60	1 855,70	3 025,00	2 345,86	133,24	11 214,00
Dezembro	409,70	1 777,48	1 523,10	1 885,12	2 891,22	2 244,06	108,56	10 839,24
Total	5 257,50	22 453,03	18 741,77	22 571,78	36 268,06	27 398,22	1 435,02	134 125,38

O peso de cada Município do Vale do Sousa na quantidade de RSU produzida está patente no gráfico seguinte.

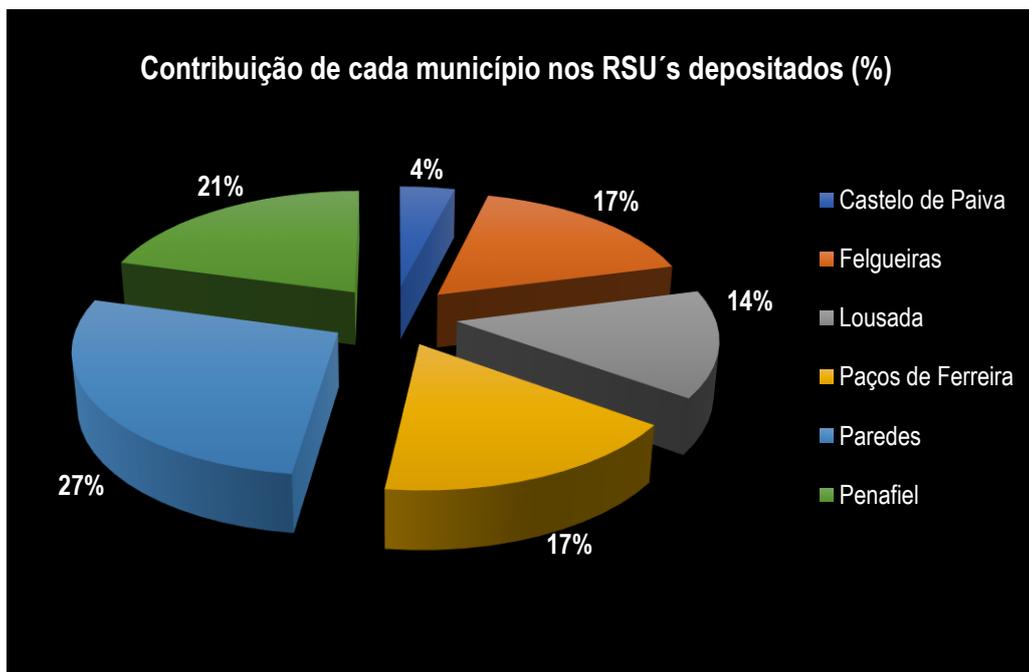


Gráfico 1- Distribuição percentual da quantidade de RSU produzida em cada Município

Em termos de capitação diária, verifica-se uma produção de RSU semelhante em todos os Municípios da Ambisousa (Tabela 4).

Tabela 4 - Capitação dos Municípios em termos de RSU produzidos

Município	População residente ³	RSU depositados (ton)	Capitação diária (kg RSU/hab.dia)
Castelo de Paiva	15 586	5 257,50	0,9
Felgueiras	55 848	22 453,03	1,1
Lousada	47 364	18 741,77	1,1
Paços de Ferreira	55 595	22 571,78	1,1
Paredes	84 354	36 268,06	1,2
Penafiel	69 629	27 398,22	1,1
Total	328 376	132 690,36	1,1

³ População Residente (Censos 2021)

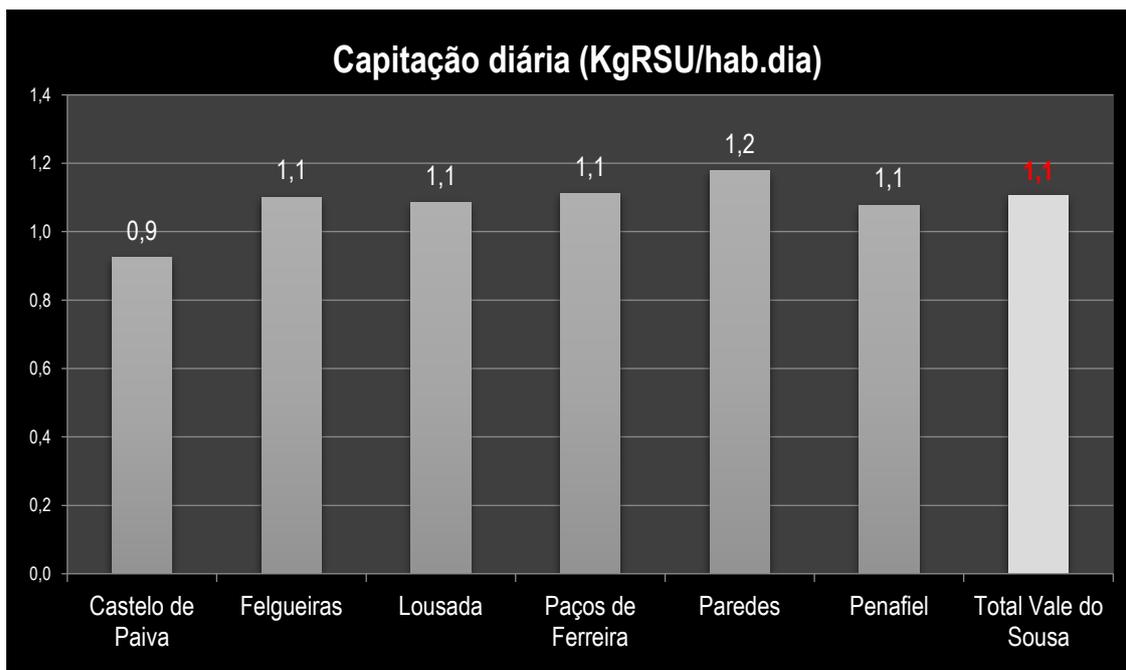


Gráfico 2 - Capitação diária (kg RSU/hab.dia)

No gráfico 3 apresentam-se os valores de capitação diária no Vale do Sousa nos últimos cinco anos, permitindo concluir que, desde 2021, se verifica uma diminuição deste indicador.

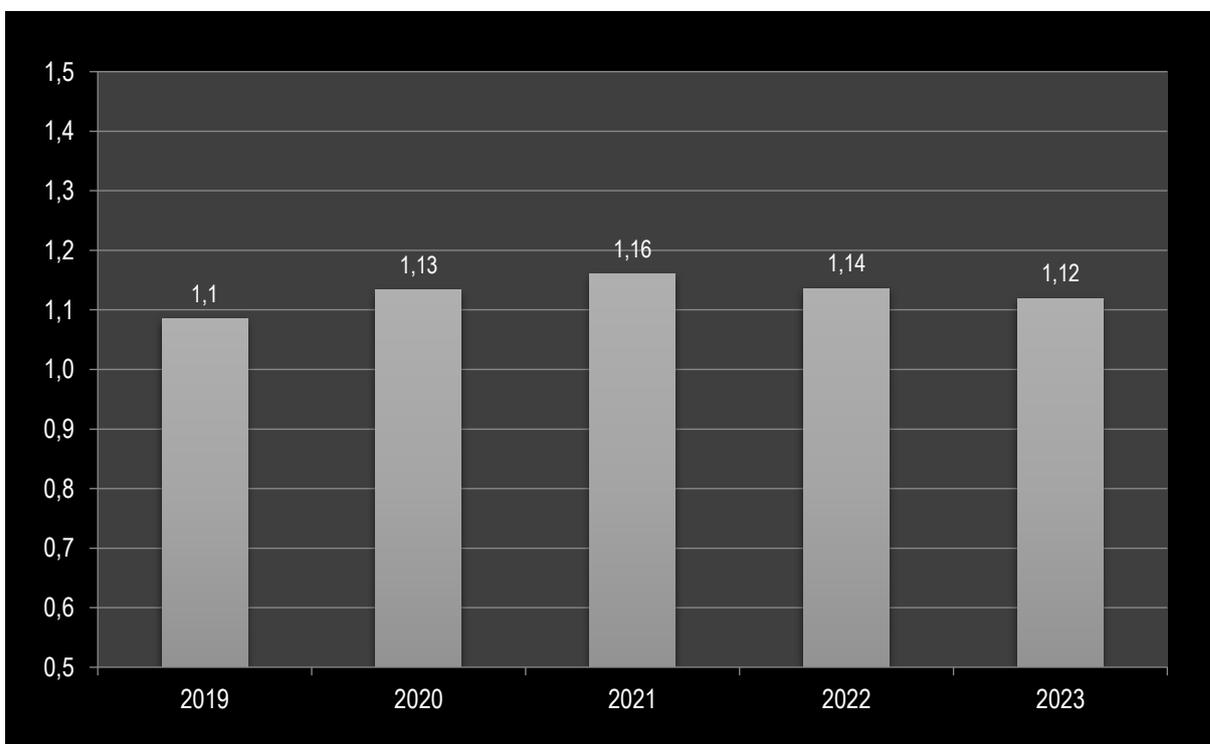


Gráfico 3 - Evolução da capitação média diária no Vale do Sousa nos últimos 5 anos (kg RSU/hab.dia)

4. A Reciclagem no Vale do Sousa

4.1. Quantidades rececionadas nas Estações de Triagem e Centro de Receção de REEE da Ambisousa

Em 2023 a Ambisousa rececionou um total de 14.328 toneladas de resíduos, dos quais cerca de 99% tiveram origem direta nos respetivos municípios.

Comparativamente com o ano de 2022, globalmente ao nível das entradas de material, verifica-se um aumento de 260 toneladas, correspondendo a um aumento de 2%.

Na tabela seguinte apresenta-se o contributo de cada Município do Vale do Sousa, relativo ao material enviado diretamente para reciclagem.

Tabela 5 - Contribuição de cada Município para a reciclagem⁴

Mês	Castelo de Paiva	Felgueiras	Lousada	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel	Total
Janeiro	46,80	218,35	194,84	229,84	298,06	277,30	1 265,19
Fevereiro	23,62	153,36	172,44	144,18	256,25	215,12	964,97
Março	39,40	175,06	160,56	196,14	339,15	237,76	1 148,07
Abril	38,90	170,20	171,88	165,48	273,07	226,06	1 045,59
Maió	44,79	167,57	176,18	207,86	289,00	251,96	1 137,36
Junho	45,72	235,23	183,80	198,54	320,90	224,74	1 208,93
Julho	37,98	164,39	188,96	223,20	302,67	289,23	1 206,43
Agosto	69,34	242,56	219,08	236,62	342,38	316,32	1 426,30
Setembro	29,34	207,50	186,13	212,82	333,90	268,34	1 238,03
Outubro	46,30	182,51	194,16	202,44	311,16	238,98	1 175,55
Novembro	68,42	207,29	178,14	225,80	373,42	259,78	1 312,85
Dezembro	33,54	198,00	187,64	191,32	287,04	244,16	1 141,70
Total	524,15	2 322,02	2 213,81	2 434,24	3 727,00	3 049,75	14 270,97
%	4%	16%	16%	17%	26%	21%	100%

⁴ A Contribuição de cada Município para a reciclagem é obtida em função dos quantitativos de material, com origem municipal, que deram entrada nas Estações de Triagem de Lustosa e de Rio Mau, bem como no Centro de Receção de REEE, no Centro de Desmantelamento de Colchões (ambos localizados em Rio Mau) e na Madeira encaminhada via ecocentros municipais.

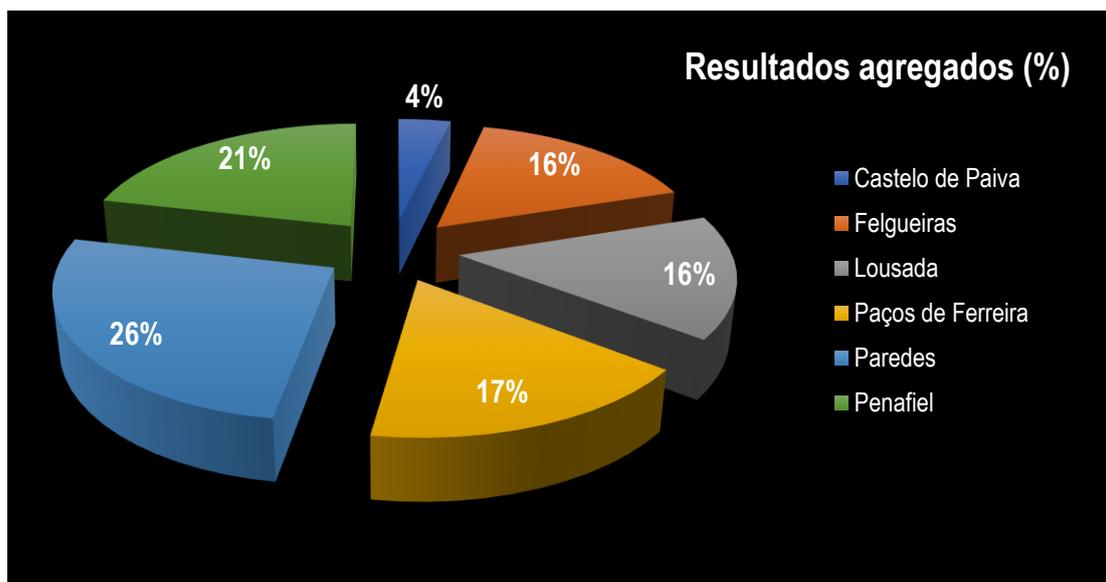


Gráfico 4 - Contributo percentual dos Municípios para a reciclagem (%)

Em termos absolutos, Paredes mantém-se como o município que mais contribui para a reciclagem na Ambisousa, contribuindo com 26% do total de resíduos rececionados, seguindo-se Penafiel e Paços de Ferreira, com 21% e 17%, respetivamente.

A distribuição por fileira dos resíduos rececionados provenientes dos Municípios, apresenta-se na tabela seguinte:

Tabela 6 - Distribuição do material rececionado por fileira (ton)

Mês	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Madeira não embalag em	Sucata	REEE	Colchões/ Monstros	Pilhas	TOTAL
Janeiro	244,08	456,66	506,46	10,01	10,20	7,46	30,08	0,24	1 265,19
Fevereiro	198,42	364,88	360,94	0,00	13,48	10,04	17,14	0,07	964,97
Março	241,18	456,94	397,20	8,08	6,74	10,70	26,76	0,47	1 148,07
Abril	220,16	368,54	419,08	8,91	5,90	6,80	15,66	0,54	1 045,59
Maiο	239,66	423,02	416,72	9,99	12,66	8,44	26,76	0,11	1 137,36
Junho	242,34	445,06	475,18	10,63	6,58	7,72	21,34	0,08	1 208,93
Julho	241,84	434,06	478,56	8,81	7,50	11,12	24,50	0,04	1 206,43
Agosto	259,50	431,54	670,24	7,12	14,00	12,88	31,02	0,00	1 426,30
Setembro	263,58	458,46	458,66	7,74	9,44	13,24	25,64	1,27	1 238,03
Outubro	268,12	462,60	397,62	9,99	4,72	4,92	27,12	0,46	1 175,55
Novembro	260,62	502,24	475,42	12,27	12,40	15,84	33,74	0,32	1 312,85
Dezembro	255,32	453,04	386,10	6,90	6,56	7,18	26,60	0,00	1 141,70
Total	2 934,82	5 257,04	5 442,18	100,45	110,18	116,34	306,36	3,60	14 270,97
%	20,56%	36,84%	38,13%	0,70%	0,77%	0,82%	2,15%	0,03%	100,00%

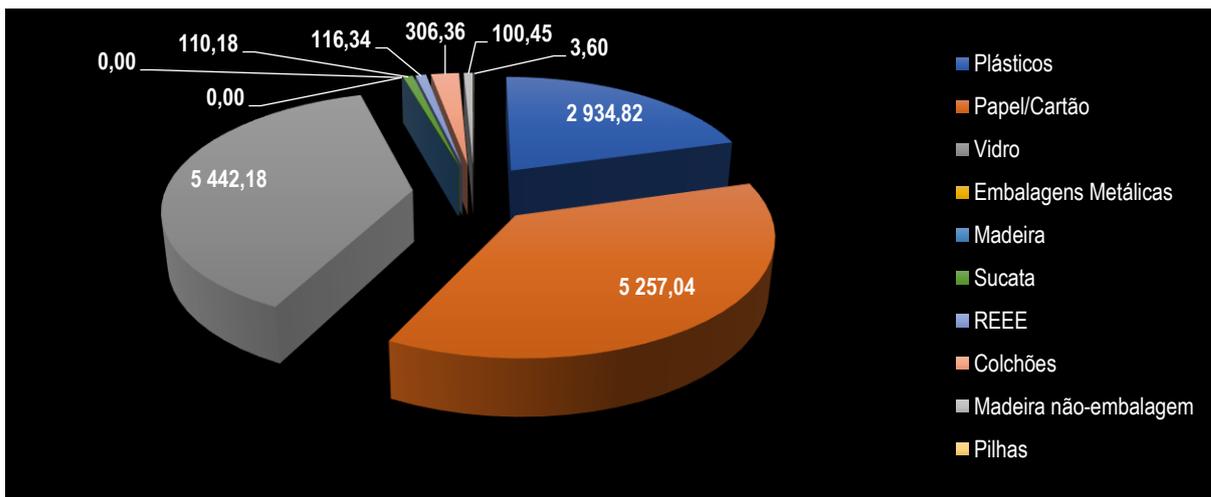


Gráfico 5 — Quantitativos agregados por fileira de resíduos (ton)

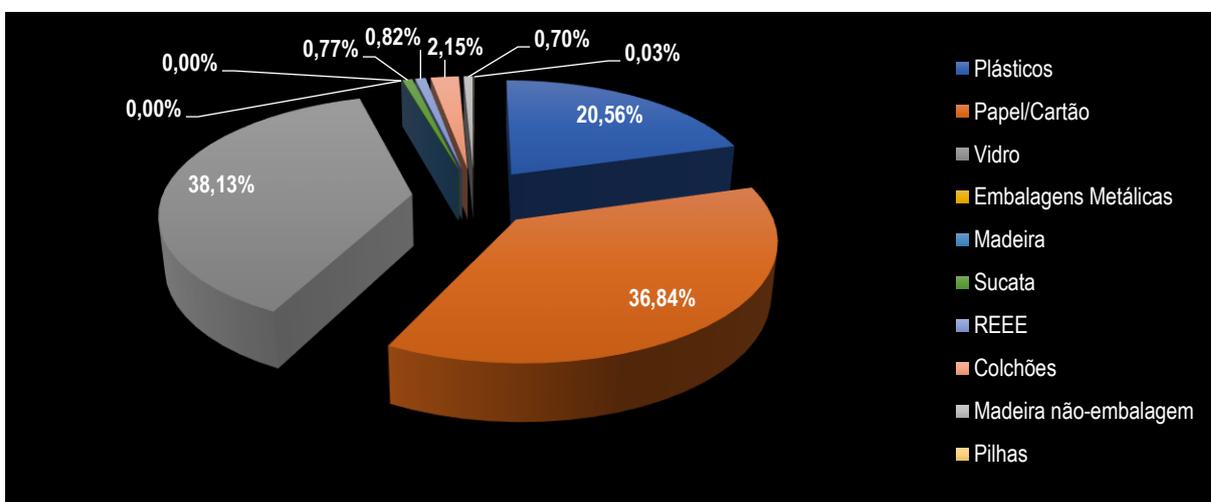


Gráfico 6 — Distribuição percentual do material rececionado por fileira (%)

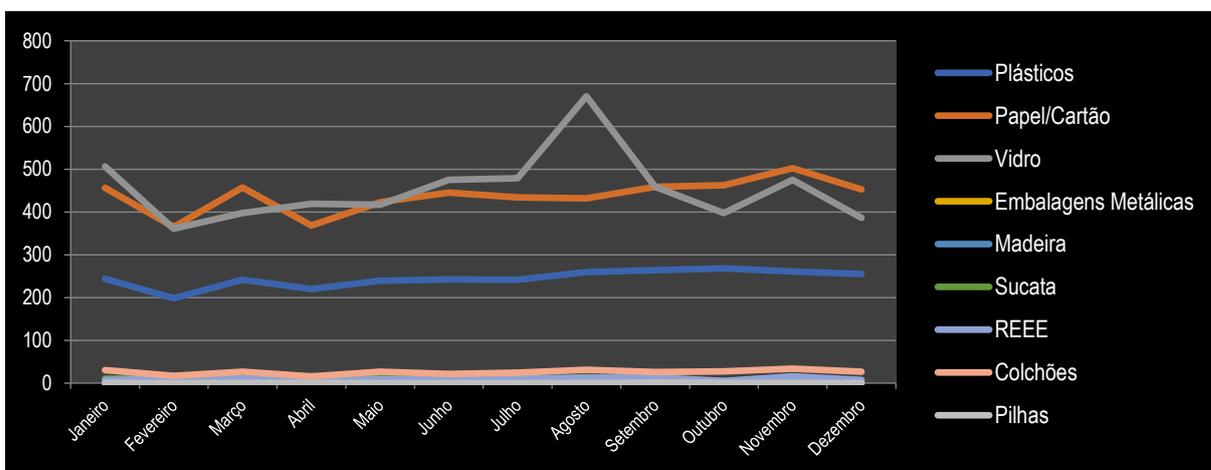


Gráfico 7 - Evolução dos resíduos provenientes dos Municípios (ton.)

Para além dos resíduos com proveniência direta dos Municípios, a Ambisousa rececionou também nas suas unidades de triagem resíduos com outras origens, designadamente particulares, instituições privadas e de solidariedade social ou grandes produtores. Em 2023, a Ambisousa rececionou um total de 57,03 toneladas, material proveniente essencialmente do projeto Tampinhas e Embalagens.

Tabela 7 - Resumo anual de Outros Resíduos (ton.) rececionados nas instalações da Ambisousa

	Entregas privadas	<i>"Projeto Tampinhas & Embalagens"</i>		TOTAL
	REEE	Tampas plásticas	Embalagens Plásticas	
Janeiro	0,00	1,58	0,84	2,42
Fevereiro	0,48	1,72	0,70	2,90
Março	0,28	3,86	1,30	5,44
Abril	0,00	3,12	0,60	3,72
Maio	0,00	3,72	1,94	5,66
Junho	0,00	2,46	1,09	3,55
Julho	0,00	4,36	1,70	6,06
Agosto	0,00	10,38	1,36	11,74
Setembro	0,00	1,12	0,20	1,32
Outubro	0,00	5,38	1,34	6,72
Novembro	0,00	2,78	1,74	4,52
Dezembro	0,00	2,52	0,46	2,98
TOTAL	0,76	43,00	13,27	57,03

Na tabela seguinte apresenta-se a totalidade dos materiais com potencial de valorização rececionados pela Ambisousa, independentemente da respetiva origem ou tipologia de material.

Tabela 8 – Totalidade de material com potencial de valorização rececionados pela Ambisousa (ton)⁵

Meses	Proveniência direta dos Municípios da Ambisousa (ton.)								Outra proveniência (ton.)			TOTAL
	Plásticos	Papel/Cartão	Vidro	Embalagens Metálicas/Su cata	REEE	Monstros /Colchões	Pilhas	Madeira não-embalagem	Entregas privadas	"Projeto Tampinhas"		
									REEE	Tampas plásticas	Embalagens plásticas	
Janeiro	244,08	456,66	506,46	10,20	7,46	30,08	0,24	10,01	0,00	1,58	0,84	1 267,61
Fevereiro	198,42	364,88	360,94	13,48	10,04	17,14	0,07	0,00	0,48	1,72	0,70	967,87
Março	241,18	456,94	397,20	6,74	10,70	26,76	0,47	8,08	0,28	3,86	1,30	1 153,51
Abril	220,16	368,54	419,08	5,90	6,80	15,66	0,54	8,91	0,00	3,12	0,60	1 049,31
Maio	239,66	423,02	416,72	12,66	8,44	26,76	0,11	9,99	0,00	3,72	1,94	1 143,02
Junho	242,34	445,06	475,18	6,58	7,72	21,34	0,08	10,63	0,00	2,46	1,09	1 212,48
Julho	241,84	434,06	478,56	7,50	11,12	24,50	0,04	8,81	0,00	4,36	1,70	1 212,49
Agosto	259,50	431,54	670,24	14,00	12,88	31,02	0,00	7,12	0,00	10,38	1,36	1 438,04
Setembro	263,58	458,46	458,66	9,44	13,24	25,64	1,27	7,74	0,00	1,12	0,20	1 239,35
Outubro	268,12	462,60	397,62	4,72	4,92	27,12	0,46	9,99	0,00	5,38	1,34	1 182,27
Novembro	260,62	502,24	475,42	12,40	15,84	33,74	0,32	12,27	0,00	2,78	1,74	1 317,37
Dezembro	255,32	453,04	386,10	6,56	7,18	26,60	0,00	6,90	0,00	2,52	0,46	1 144,68
TOTAL	2 934,82	5 257,04	5 442,18	110,18	116,34	306,36	3,60	100,45	0,76	43,00	13,27	14 328,00
%	20,48%	36,69%	37,98%	0,77%	0,81%	2,14%	0,03%	0,70%	0,01%	0,30%	0,09%	100,00%

⁵ Dados obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

4.2. Quantidades LIPOR

No âmbito de um Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Ambisousa e a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, o qual contribui para aumentos de eficiência e eficácia através da partilha de instalações e de economias de escala, no ano de 2023 foram enviadas para a Unidade de Triagem de Lustosa um total de 534,20 toneladas de resíduos plásticos (LER 20 01 39), tendo-se verificado nesta instalação um processamento de 457,74 toneladas (LER 19 12 04).

Tabela 9 - Quantitativos recebidos da Lipor e processados na UT Lustosa

Mês	Resíduos recebidos da Lipor (LER 20 01 39) (ton)	Resíduos Processados na UTLustosa (LER 19 12 04) (ton)
Janeiro	160,38	137,38
Fevereiro	125,50	84,56
Março	79,58	71,38
Abril	43,96	39,06
Maiο	54,88	39,30
Junho	50,80	0,00
Julho	19,10	43,58
Agosto	0,00	22,24
Setembro	0,00	20,24
Outubro	0,00	0,00
Novembro	0,00	0,00
Dezembro	0,00	0,00
	534,20	457,74

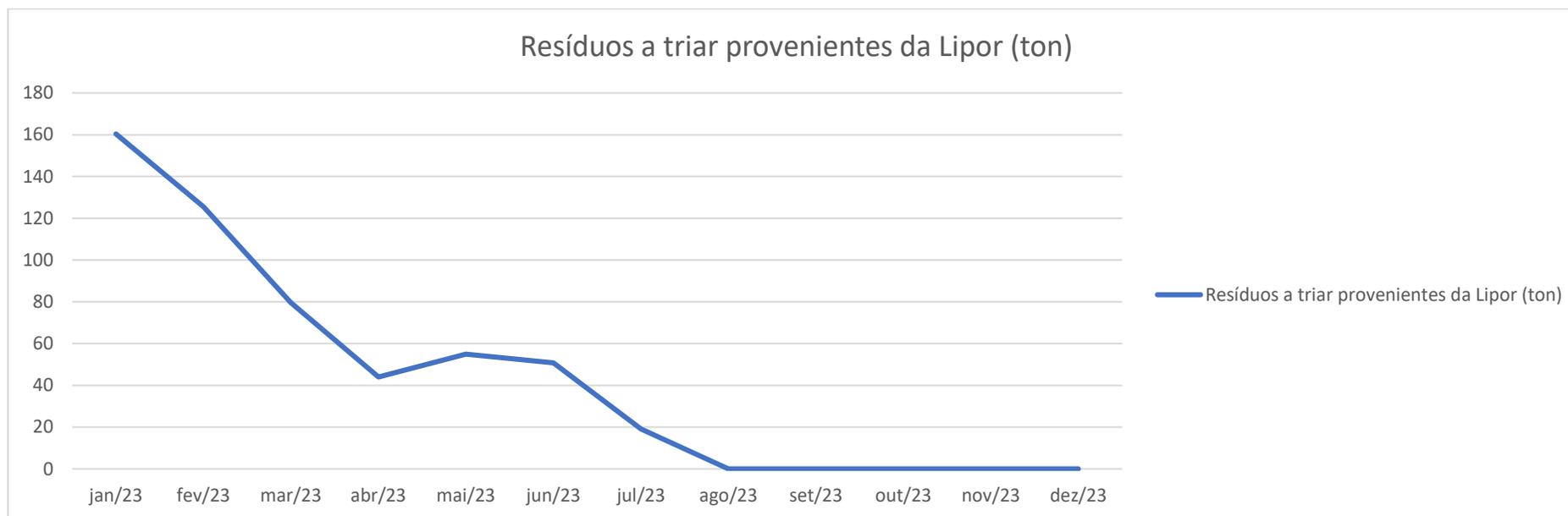


Gráfico 8 – Resíduos recebidos do Sistema Lipor em 2023 (ton)

4.3. Quantidades processadas pela Ambisousa

Relativamente ao envio de material processado para reciclagem, excetuando o material proveniente/processado de outros SGRU e os resíduos de madeira provenientes dos ecocentros, no ano de 2023 registou-se um total de 12.650 toneladas de material processado, representando uma redução de 0,4% face a 2022. Analisando somente os 3 principais fluxos de material enviado para retoma através das entidades gestoras de resíduos de embalagens (Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão), face ao ano anterior, constata-se redução de -1% no vidro e aumentos de 0,3% no plástico e de 1% no papel;

Tabela 10 - Resíduos processados pela Ambisousa nas Estações de Triagem, Centro de Receção de REEE e Centro de Desmantelamento de Colchões (ton)⁶

Mês	Retomados pelas Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens (SPV, Novo Verde e Eletrão)											Outros Retomadores					Total
	Vidro	Papel/Carvão	Filme Plástico	PEAD	EPS	PET+PET óleo	Plásticos Mistos	Outros Plásticos	ECAL	Aço	Alumínio	REEE	Sucata	Pilhas	Madeira	Plásticos/Embalagens Plásticas	
Janeiro	504,04	441,76	77,70	14,54	3,96	32,12	17,80	0,00	0,00	0,00	0,00	7,30	33,24	0,00	10,01	5,00	1 147,47
Fevereiro	328,78	384,56	39,52	0,00	2,48	44,18	0,00	0,00	23,82	0,00	0,00	8,90	19,94	0,00	0,00	4,18	856,36
Março	416,92	444,92	42,06	24,40	0,60	21,28	51,24	0,00	23,40	20,38	11,02	5,58	28,58	1,00	8,08	9,26	1 108,72
Abril	362,28	327,64	60,74	11,86	2,52	52,38	32,38	0,00	0,00	0,00	0,00	9,24	17,10	0,00	8,91	2,86	887,91
Mai	453,22	310,20	57,38	22,40	1,80	50,56	31,98	8,54	0,00	0,00	0,00	6,74	41,82	0,00	9,99	5,40	1 000,03
Junho	451,10	439,10	41,86	26,64	2,50	50,12	15,86	8,76	24,84	21,28	8,14	15,28	7,10	0,00	10,63	5,94	1 129,15
Julho	449,90	377,02	38,00	13,36	1,44	30,24	30,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,32	0,00	8,81	4,10	970,75
Agosto	691,54	406,42	58,26	26,50	1,20	45,70	28,80	8,70	21,90	0,00	0,00	16,28	48,92	0,00	7,12	4,58	1 365,92
Setembro	450,64	452,26	20,12	14,00	2,62	49,12	31,52	8,70	22,84	44,20	0,00	16,78	12,90	1,14	7,74	5,06	1 139,64
Outubro	358,44	414,36	41,32	13,92	2,58	48,36	30,90	0,00	0,00	0,00	10,82	21,74	5,98	0,00	9,99	2,84	961,25
Novembro	478,30	341,34	61,00	13,52	0,58	31,88	33,88	0,00	24,96	10,92	0,00	9,73	9,00	0,00	12,27	6,66	1 034,04
Dezembro	390,74	446,12	39,88	27,40	2,70	40,26	31,14	9,00	0,00	27,72	0,00	0,00	18,76	0,00	6,90	8,48	1 049,10
Total	5 335,90	4 785,70	577,84	208,54	24,98	496,20	336,06	43,70	141,76	124,50	29,98	117,57	260,66	2,14	100,45	64,36	12 650,34
%	42,18	37,83	4,57	1,65	0,20	3,92	2,66	0,35	1,12	0,98	0,24	0,93	2,06	0,02	0,79	0,51	100,00

⁶ Quantitativos obtidos com recurso ao software de pesagens da Ambisousa (SPAT).

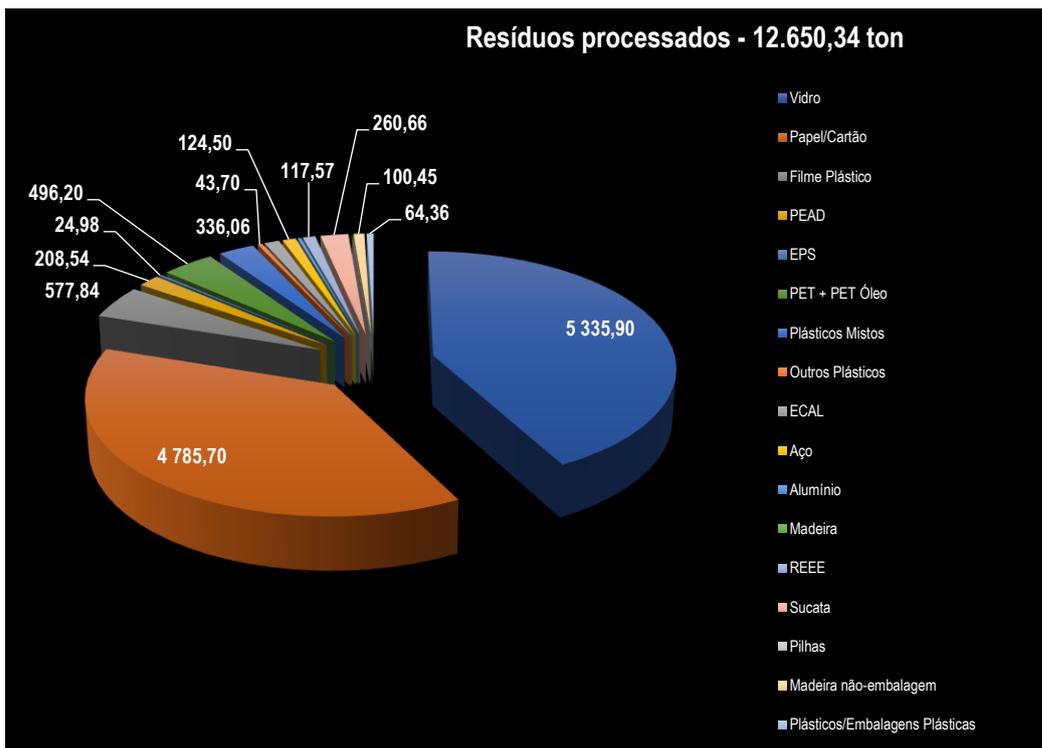


Gráfico 9 – Resíduos processados pela Ambisousa (ton.)

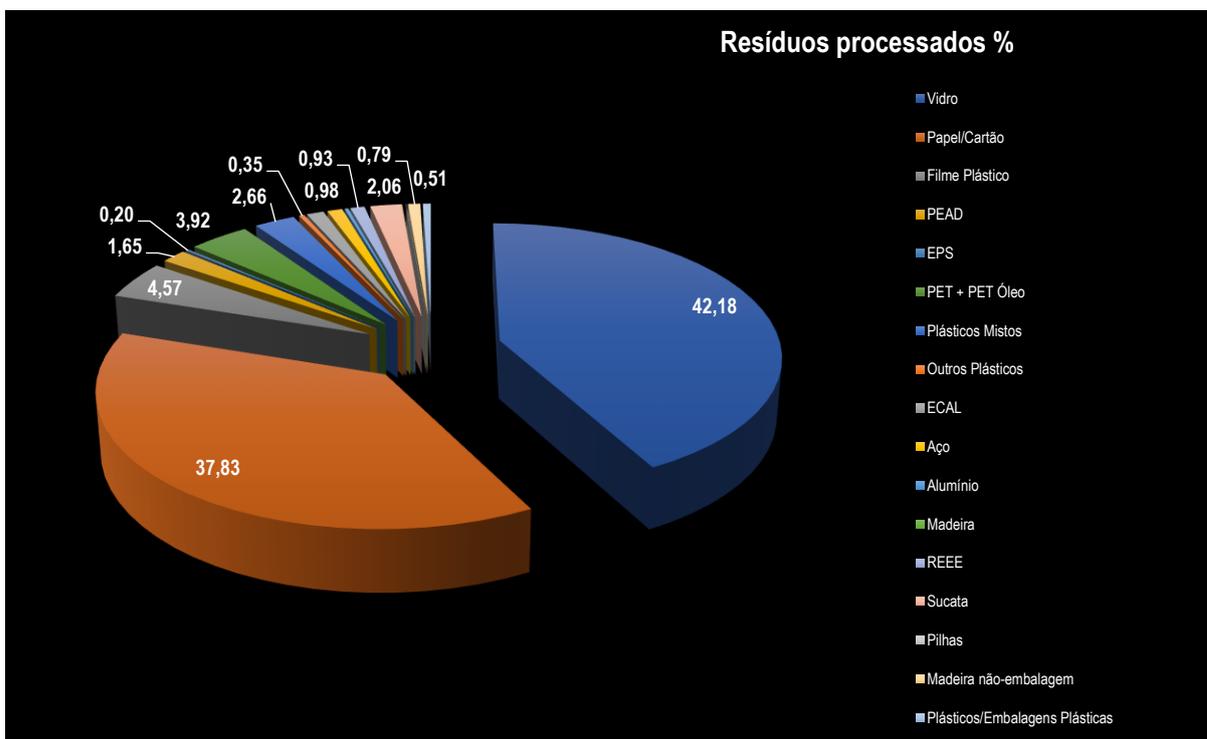


Gráfico 10 – Resíduos processados pela Ambisousa (%)

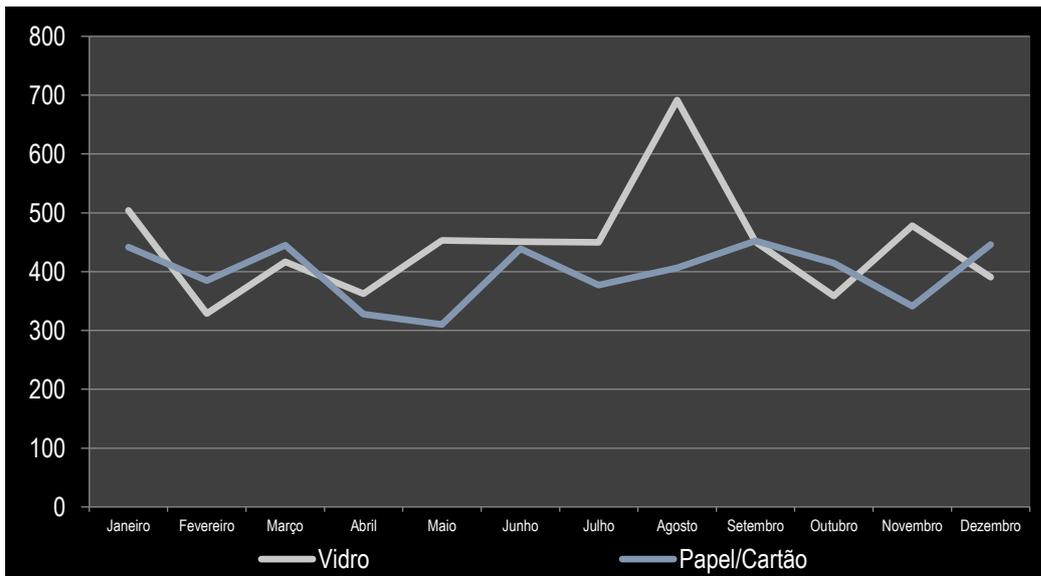


Gráfico 11 – Evolução dos resíduos processados de Vidro e Papel/Cartão (ton.)

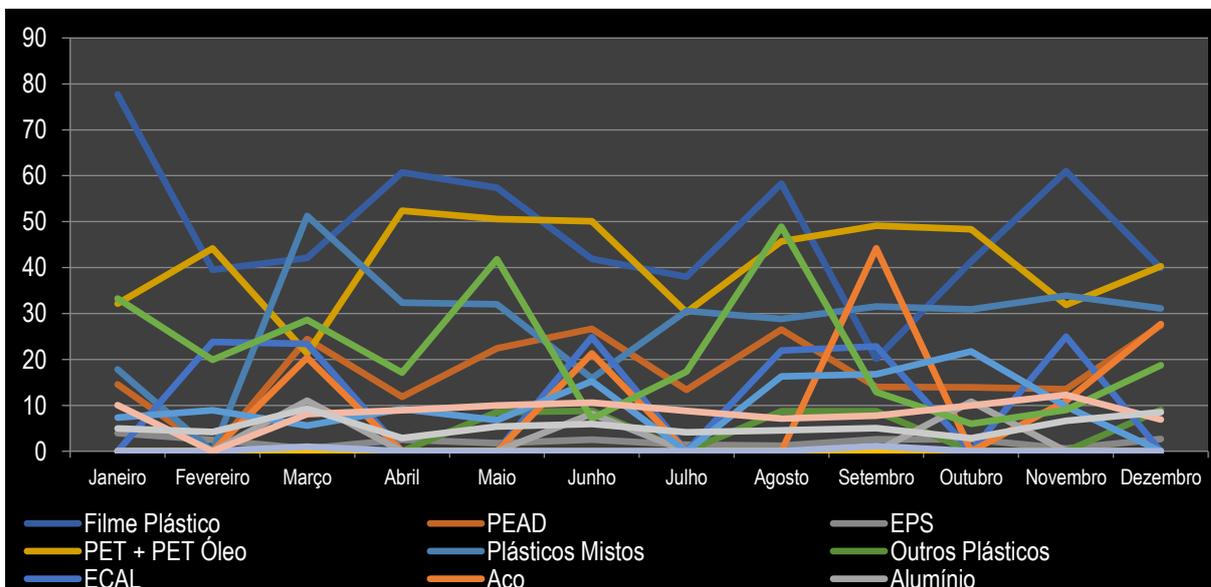


Gráfico 12 – Evolução de outros resíduos processados (ton.)

Considerando apenas os resíduos de embalagem, no ano de 2023 foram retomadas 12 105,34 toneladas, um resultado 0,2% abaixo do obtido no ano anterior (Tabela 11).

Tabela 11 - Resíduos de Embalagens enviados para reciclagem em 2022 e 2023

Fluxos de Resíduos de Embalagem	Material enviado para reciclagem (ton.)		Evolução
	2022	2023	
Plásticos	1 824,48	1 829,08	▲
Papel/Cartão	4 732,44	4 785,70	▲
Vidro	5 414,16	5 335,90	▼
Aço	109,44	124,50	▲
Alumínio	42,72	29,98	▼
Madeira	0,00	0,00	=
Total	12 123,24	12 105,16	▼

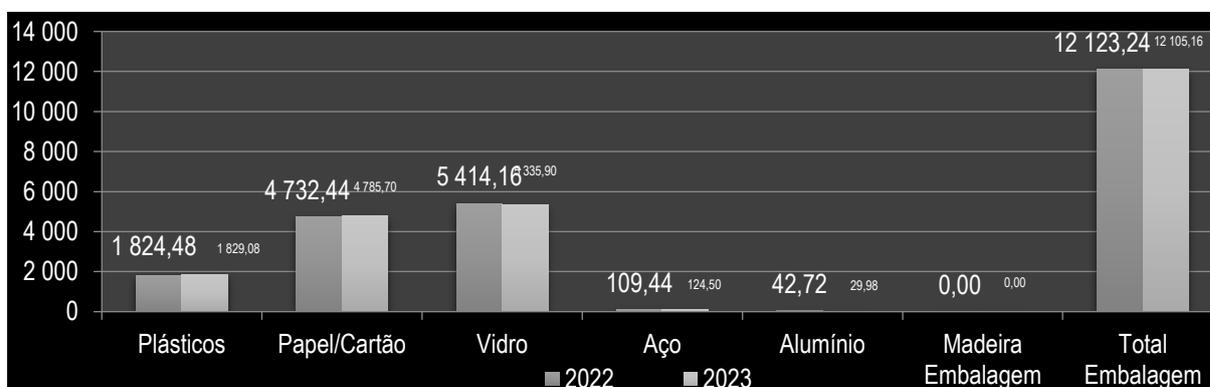


Gráfico 13 – Comparativo dos Resíduos de embalagem retomados em 2022 e 2023 (ton.)

5. Taxas de reciclagem e Capitação da Recolha Seletiva

A taxa de reciclagem calculada na Ambisousa em 2023 foi de 33,83%, sendo o potencial de embalagens nos RSU e respetiva taxa de reciclagem calculada em função dos resultados obtidos na caracterização anual dos resíduos do Vale do Sousa, possibilitando assim a determinação de uma taxa mais aproximada da realidade.

Tabela 12- Taxas de Reciclagem⁷

Fluxos de Embalagens	Resíduos de Embalagens enviados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens ⁸ (ton.)	Potencial RSU (%)	Potencial de embalagens nos RSU (ton.)	Taxa reciclagem no Vale do Sousa (%)
Embalagens plásticas ⁹	1 829,08	10,48	14 056,34	13,01
Papel/Cartão	4 785,70	7,39	9 911,87	48,28
Vidro	5 335,90	7,31	9 804,57	54,42
Aço	124,50	0,62	831,58	14,97
Alumínio	29,98	0,82	1 099,83	2,73
Madeira	0,00	0,06	80,48	0,00
Total	12 105,16	26,68	35 784,65	33,83



Gráfico 14 – Taxas de reciclagem (%)

Conforme referido no capítulo 3 deste Relatório, no ano de 2023 foram produzidas 1435,02 toneladas de refugo, cujo destino final foi o aterro sanitário, provenientes das unidades de triagem e das operações de desmantelamento de colchões.

A taxa de refugo efetivamente calculada para triagem de embalagens da Ambisousa foi de 16%.

⁷ Para o cálculo do valor das taxas de reciclagem apenas se consideram as quantidades de resíduos de embalagens que foram alvo de retoma pela SPV e Novo Verde, sendo o Potencial (%) nos RSU determinado através dos resultados obtidos na caracterização anual de 2022 dos resíduos indiferenciados no Vale do Sousa;

⁸ Entidades Gestoras: Sociedade Ponto Verde, Novo Verde e Eletrão.

⁹ Inclui o ECAL.

Em termos globais, em 2023 a produção de Resíduos Urbanos na Ambisousa sintetiza-se na tabela seguinte.

Tabela 13 - RU produzidos no Vale do Sousa (ton)

RSU's produzidos no Vale do Sousa	132 690,36
Castelo de Paiva	5 257,50
Felgueiras	22 453,03
Lousada	18 741,77
Paços de Ferreira	22 571,78
Paredes	36 268,06
Penafiel	27 398,22
Refugos produzidos nas Estações de Triagem¹⁰	1435,02
Origem: Estação de Triagem de Lustosa	1035,48
Origem: Estação de Triagem de Rio Mau	399,54
Material rececionado pela Ambisousa nas Estações Triagem	14 328,00
Proveniência direta dos Municípios	14 170,52
Outros resíduos ¹¹	157,48
Material processado pela Ambisousa	12 650,34
Resíduos de Embalagens ¹²	12 105,16
Outros Resíduos	545,18
Total de RU depositados em aterro (RSU + Refugos)	134 125,38
Total de RU produzidos no Vale do Sousa	147 018,36

Em termos *per capita*, o desempenho da Ambisousa superou o resultado do ano anterior, passando a ser de 39 kg/hab.ano. Os municípios de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel foram os que apresentaram melhor desempenho por habitante, com 43 kg/hab.ano (Lousada) e 40 kg/hab.ano (Paredes e Penafiel). De realçar o acréscimo de +3kg/hab.ano do município de Castelo de Paiva, comparativamente com 2022.

¹⁰ A totalidade do refugo produzido nas estações de triagem da Ambisousa foi depositado nos aterros sanitários de Lustosa e Rio Mau. Este refugo refere-se à totalidade de resíduos recebidos com proveniência da Ambisousa e da Lipor (Protocolo de colaboração entre SGRU), assim como no refugo do desmantelamento dos colchões (têxteis: 206,66 ton);

¹¹ REEE provenientes de privados, Tampas Plásticas e Embalagens Plásticas provenientes do "Projeto Tampinhas" e retoma de madeira não-embalagem;

¹² Encaminhados para as Entidades Gestoras de Resíduos de Embalagens: SPV, Novo Verde e Amb3e. Quantitativos provenientes do software de pesagens;

Tabela 14 –Capitação da Recolha Seletiva – Desempenho obtido em 2023 e comparação com o resultado alcançado em 2022

Município	Nº Habitantes (INE,2021)	DADOS RECOLHA SELETIVA (TONELADAS)						Resultado obtido 2023 (kg/hab.ano)	Resultado obtido 2022 (kg/hab.ano)
		Plástico	Papel/Cartão	Metal	Vidro	Campanhas (Plástico)	Total		
Castelo de Paiva	15 586	111,74	123,92	5,34	233,22	9,38	483,60	29	26
Felgueiras	55 848	562,92	719,32	2,56	880,08	9,38	2 174,26	36	36
Lousada	47 364	463,36	791,40	6,88	919,62	9,38	2 190,64	43	43
Paços de Ferreira	55 595	546,86	850,76	16,48	935,56	9,38	2 359,04	39	39
Paredes	84 354	689,82	1 594,92	36,30	1 303,62	9,38	3 634,04	40	39
Penafiel	69 629	560,12	1 176,72	42,62	1 170,08	9,38	2 958,92	40	39
Global - AMBISOUSA	328 376	2 934,82	5 257,04	110,18	5 442,18	56,27	13 800,49	39	38

Gráfico 15 – Capitação da Recolha Seletiva 2022 e 2023 nos municípios Ambisousa

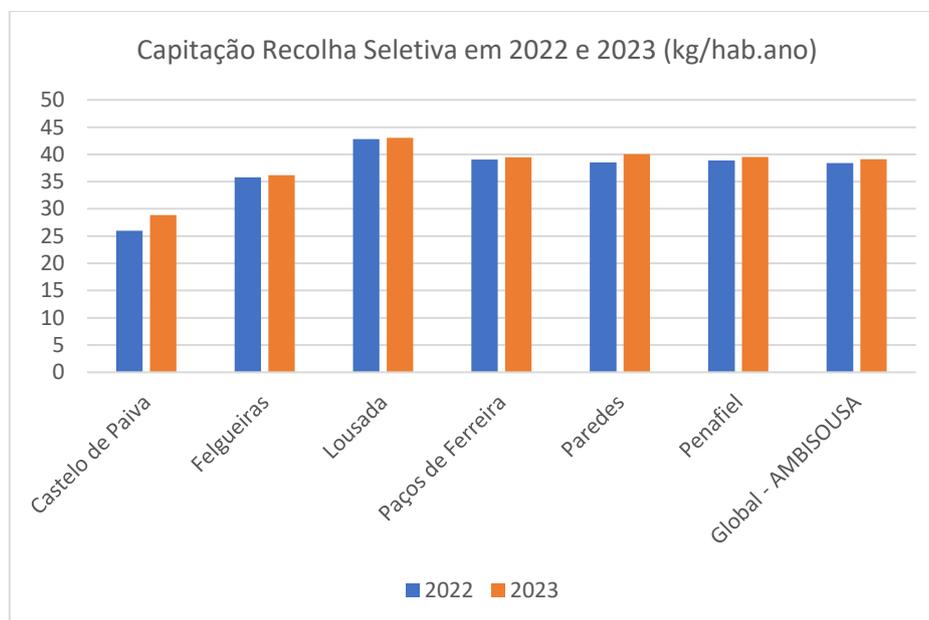
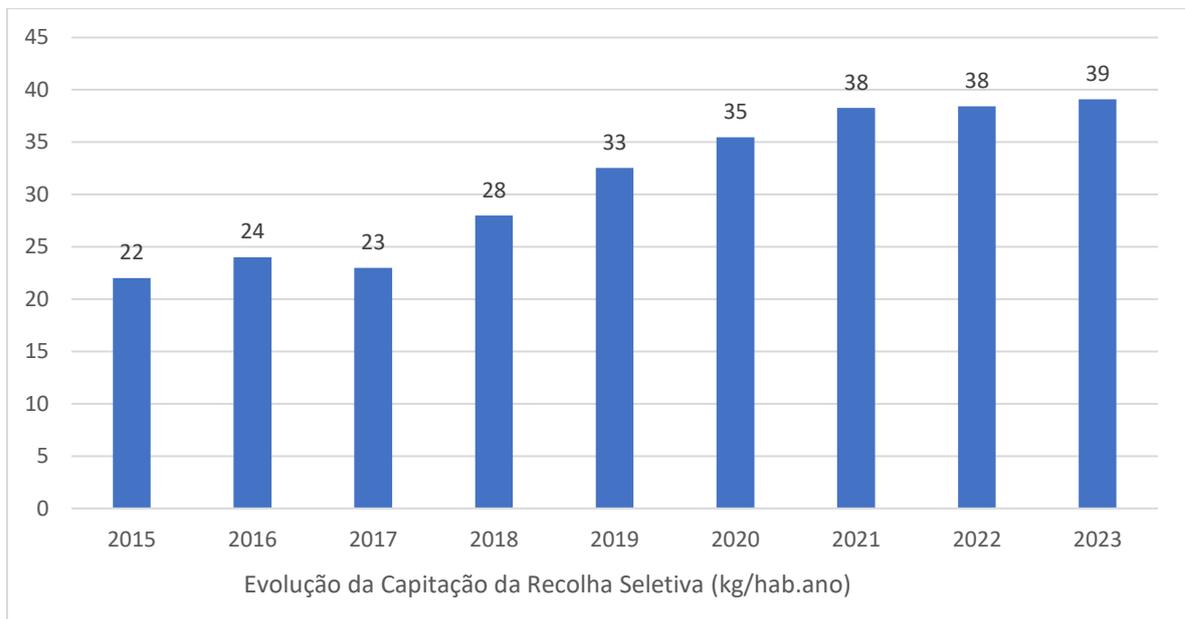


Gráfico 16 - Evolução da Capitação da Recolha Seletiva de 2015 a 2023



6. Indicadores de desempenho para a avaliação da qualidade dos serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos prestados aos utilizadores

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos urbanos, onde se insere a Ambisousa, constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Estes serviços devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço, e de eficiência e equidade dos preços.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, Lei Orgânica da ERSAR, e ainda do Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, determinaram o alargamento das atribuições da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste enquadramento, a ERSAR tem a responsabilidade não apenas de promover a avaliação dos níveis de qualidade de serviço de todas as entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos, mas também de recolher e divulgar essa informação e elaborar e publicitar sínteses comparativas da mesma.

No ano de 2010, a ERSAR, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), editou um documento intitulado “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª Geração do sistema de avaliação” que surge na sequência da aplicação de uma 1.ª Geração do sistema de avaliação, restrita às entidades concessionárias.

A Ambisousa, apesar da sua atividade não se encontrar regulada até então, optou por incluir em Relatórios e Contas anteriores o resultado do seu desempenho ao nível de alguns dos indicadores, de modo a facilitar a comparação entre os vários sistemas de gestão de resíduos e possibilitar a procura de melhores práticas, associadas ao *benchmarking*, que conduzam a um desempenho superior.

No ano de 2012 a ERSAR aplicou formalmente o sistema de avaliação (2ª Geração) a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos no Continente, entre as quais a Ambisousa, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de gestão, com base em dados de operação de 2011. A partir de 2012, a informação relativa à Ambisousa passou a integrar o “*Relatório Anual do Sector de Águas e Resíduos em Portugal – RASARP (ERSAR)*”, contribuindo para a divulgação de informação relevante e de referência para os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O RASARP constitui-se assim como um relevante elemento de apoio aos decisores, bem como uma importante fonte de informação para todos os intervenientes e público em geral. A informação relativa à Ambisousa, e o respetivo desempenho anual, passam agora a estar publicamente disponíveis para consulta no “*módulo RASARP*” do *site* da ERSAR (www.ersar.pt).

7. Investimento

A Ambisousa iniciou, em termos reais, a sua atividade em janeiro de 2003.

Ao longo destes vinte e um anos os investimentos da Ambisousa, EIM têm por objetivo a realização dos investimentos necessários e adequados de modo a fazer face não só às necessidades do momento, mas também a concretização dos investimentos necessários à antecipação de futuras necessidades e desafios.

À semelhança do ano anterior as principais aquisições do ano dizem respeito à empreitada para construção da central de valorização orgânica e terrenos, bem como a aquisição de bens e equipamentos para apoio para diversos setores da empresa, em conformidade com as principais aquisições do ano evidenciadas no seguinte quadro:

Principais Aquisições

Descrição	Valor
Toyota ProACE City BEV BC-80-XV (Apoio Gestão de Frota)	30.585,85
Camião Volvo BF-24-AA (Transporte Águas Residuais)	74.790,00
Obra beneficiação edifício Sede	29.530,40
Terreno - Central de Valorização Orgânica	190.169,80
Investimento em curso – Construção da Central de Biorresíduos	7.882.440,57
Total	8.207.516,62

8. Factos Relevantes Ocorridos após o Termo do Exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício

9. Evolução previsível da Atividade

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) visa dar continuidade à aplicação da política nacional de resíduos, orientando os agentes envolvidos para a implementação de ações que permitam ao país estar alinhado com as políticas e orientações comunitárias, contribuir para o aumento da prevenção, reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos, com a consequente redução de consumo de matérias-primas naturais de recurso limitado.

Este plano foca-se na prevenção da produção de resíduos e na recolha seletiva, tendo particular atenção às novas frações: resíduos têxteis, resíduos perigosos e biorresíduos, dando ainda relevância à promoção do uso dos materiais provenientes de resíduos (combustível derivado de resíduos, composto, recicláveis recuperados, biogás e cinzas/escórias).

O PERSU 2030 foi aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023](#), de 24 de março.

O Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) determina que os planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação (PAPERSU) são elaborados pelas entidades gestoras dos sistemas municipais e multimunicipais, em articulação com os planos de gestão de resíduos de nível nacional (PERSU 2030), com vista a concretizar as ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional para a respetiva área geográfica.

A publicação do PERSU 2030 determinou um prazo de 8 meses, após publicação do mesmo, para apresentação dos PAPERSU, tanto dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) como dos municípios, sendo que ambas as estratégias devem ser devidamente alinhadas entre si, por forma a identificar de forma clara o caminho para cumprimento das metas comunitárias.

Os PAPERSU devem incluir informação como:

- A trajetória associada ao cumprimento dos objetivos intercalares, determinados pela APA, I.P. (objetivos para recolha seletiva e tratamento na origem de biorresíduos, assim como de recolha seletiva do multimaterial);
- Investimentos necessários para cumprimento dessas metas, com previsão de investimentos necessários a assegurar;
- Avaliação comparativa, prévia à opção pelo modelo de recolha e processo de tratamento a implementar, com vista a evidenciar a eficácia e eficiência da solução eleita para a gestão de cada uma das frações de resíduos.

Face aos desafios futuros em matéria de valorização de biorresíduos (resíduos alimentares + resíduos verdes), os quais terão obrigatoriamente que ser recolhidos de uma forma seletiva a partir de 2024, a Ambisousa está a implementar uma Unidade de Valorização Orgânica.

A construção desta Unidade insere-se nas linhas orientadoras da atividade de gestão dos resíduos urbanos definidas no Plano de Ação do Sistema do Vale do Sousa (PAPERSU) 2015-2020 e demais orientações estratégicas nacionais definidas para atingimento futuro dos objetivos de reutilização e reciclagem e, particularmente, no que se refere ao desvio da componente orgânica dos resíduos de aterro e obrigação da sua recolha seletiva e posterior valorização. Tem como enfoque a instalação de uma Unidade de Valorização Orgânica

por digestão anaeróbia e compostagem do digerido, com vista a maximizar a valorização orgânica destes resíduos recolhidos seletivamente, e constitui assim um contributo relevante para o cumprimento de metas de reciclagem no pós-2020 consignadas para a Ambisousa. Pretende-se assim implementar na Ambisousa uma Unidade de Valorização Orgânica para a fração dos biorresíduos recolhidos seletivamente nos municípios que a integram, cuja capacidade nominal, numa primeira fase, será de 25 000 ton/ano, abrangendo desta forma a totalidade dos resíduos estimados recolher seletivamente.

Esta Unidade permitirá a produção anual de 1 185 800 m³ de biometano a injetar na rede de abastecimento de gás natural e da sua utilização como combustível para abastecimento da frota de viaturas, bem como a produção anual de 8 250 ton de composto.

O projeto desta Unidade teve o acompanhamento de perto da APA e da Secretaria de Estado do Ambiente e será um importante passo na sustentabilidade, eficiência energética e preservação ambiental para a região.

Foi lançado um concurso-público internacional para a conceção-construção desta Unidade, tendo sido adjudicado ao Consórcio ABB-BIANNA pelo valor de 17.448.448,29 €. De referir que esta Unidade é apoiada em 8.000.000 € pelo POSEUR (POSEUR-03-1911-FC-000351), cerca de 45% do custo total do investimento.

Ao nível da fração seletiva, prevê-se futuramente um aumento do número de ecopontos existentes e, conseqüentemente, dos meios de recolha disponíveis, garantindo desta forma um elevado padrão de qualidade de serviço e permitindo uma maior acessibilidade da recolha seletiva pela população e uma melhoria do rácio “ecoponto/habitante”.

10. Relevância das Matérias Ambientais

A Ambisousa trabalha para fazer do seu compromisso ético e do respeito pelo meio ambiente, as bases para a confiança de todas as pessoas e dos diferentes grupos com os quais se relaciona. A proteção ambiental é parte indissociável da atividade da Ambisousa e preocupação constante do seu desempenho, pelo que as matérias de cariz ambiental que desenvolve devem ser divulgadas, dado que são extremamente relevantes para a avaliação do respetivo desempenho e posição financeira.

10.1 Prevenção da Produção de Resíduos

A prevenção de resíduos ocupa o topo da pirâmide dos princípios da hierarquia dos resíduos, sendo considerada como a mais importante operação neste sector. A Ambisousa encara a prevenção de RU como um passo fundamental na sua gestão, procurando, através da execução anual de um conjunto planeado de ações e iniciativas, contribuir para a redução da produção de resíduos e mitigar os impactes negativos que advenham da sua gestão.

A Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (SEPR) é uma iniciativa à escala europeia que visa a implementação, durante uma semana, de ações de sensibilização sobre a gestão sustentável dos recursos e dos resíduos, visando a alteração dos comportamentos dos cidadãos europeus relativamente aos seus padrões e hábitos de consumo. Esta semana decorreu entre os dias 18 e 26 de novembro de 2023, tendo a Ambisousa voltado a promover este evento em várias ações nos seus municípios.

Este ano, a Semana Europeia para a Redução de Resíduos envolveu as “**Embalagens**”, cujo principal objetivo é prevenir a produção deste tipo de resíduos.

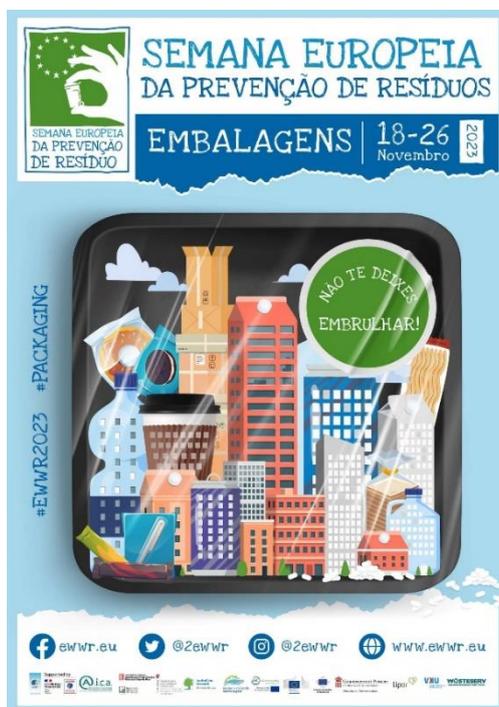
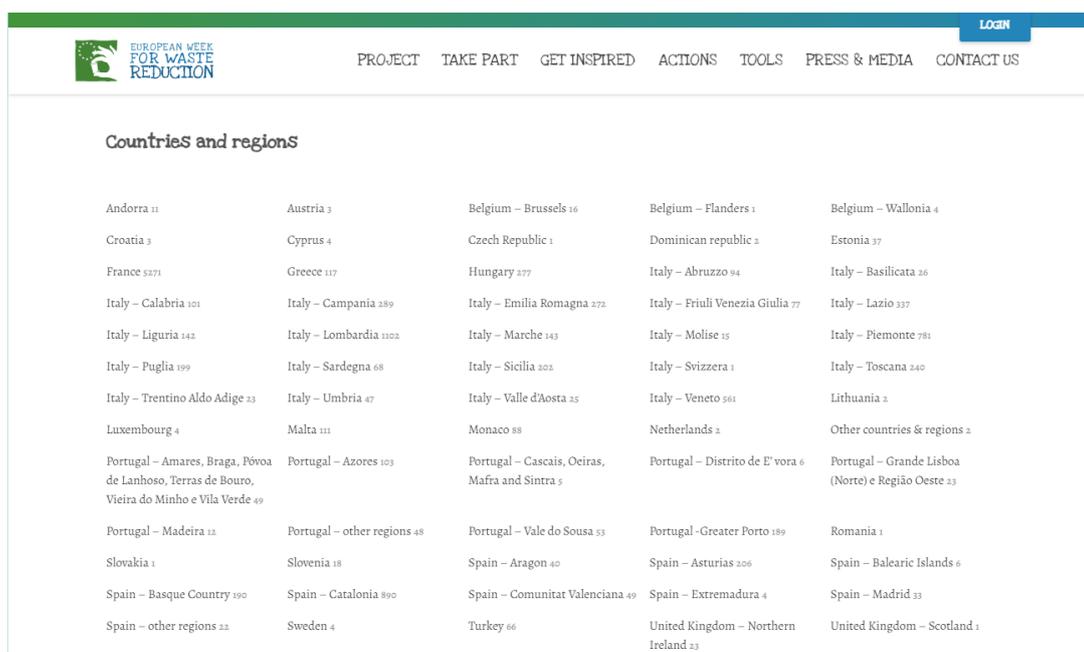


Figura 1 - Cartaz da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos de 2023

Com a ajuda das escolas, conseguimos chegar mais longe e assim motivarmos e sensibilizarmos mais pessoas, dando continuidade a este trabalho de uma forma sistemática e criando bons hábitos desde os mais pequenos até aos mais graúdos.

Este ano atingimos as 53 ações nesta campanha!!

A região de Vale do Sousa voltou a ser a 2ª região de Portugal continental com maior número de ações (figura seguinte)



Countries and regions				
Andorra 11	Austria 3	Belgium – Brussels 16	Belgium – Flanders 1	Belgium – Wallonia 4
Croatia 3	Cyprus 4	Czech Republic 1	Dominican republic 2	Estonia 37
France 5271	Greece 117	Hungary 277	Italy – Abruzzo 94	Italy – Basilicata 26
Italy – Calabria 101	Italy – Campania 289	Italy – Emilia Romagna 272	Italy – Friuli Venezia Giulia 77	Italy – Lazio 337
Italy – Liguria 142	Italy – Lombardia 1102	Italy – Marche 143	Italy – Molise 15	Italy – Piemonte 781
Italy – Puglia 199	Italy – Sardegna 68	Italy – Sicilia 202	Italy – Svizzera 1	Italy – Toscana 240
Italy – Trentino Alto Adige 23	Italy – Umbria 47	Italy – Valle d'Aosta 25	Italy – Veneto 561	Lithuania 2
Luxembourg 4	Malta 111	Monaco 88	Netherlands 2	Other countries & regions 2
Portugal – Amares, Braga, Fôvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde 49	Portugal – Azores 103	Portugal – Cascais, Oeiras, Mafra and Sintra 5	Portugal – Distrito de E'vora 6	Portugal – Grande Lisboa (Norte) e Região Oeste 23
Portugal – Madeira 12	Portugal – other regions 48	Portugal – Vale do Sousa 53	Portugal – Greater Porto 189	Romania 1
Slovakia 1	Slovenia 18	Spain – Aragon 40	Spain – Asturias 206	Spain – Balearic Islands 6
Spain – Basque Country 190	Spain – Catalonia 890	Spain – Comunitat Valenciana 49	Spain – Extremadura 4	Spain – Madrid 33
Spain – other regions 22	Sweden 4	Turkey 66	United Kingdom – Northern Ireland 23	United Kingdom – Scotland 1

Figura 2 – Número de ações EWWR23 por região

10.2 Projeto de Compostagem Doméstica da Ambisousa

Em resposta às políticas nacionais em matéria de RUB previstas no PERSU 2030, e com o objetivo de proceder ao desvio destes resíduos de aterro, a Ambisousa, aproveitando as características da sua estrutura habitacional, iniciou em 2009 um projeto de compostagem doméstica no Município de Paços de Ferreira.

O projeto de compostagem caseira da Ambisousa envolve, para além da distribuição gratuita de equipamentos, uma monitorização e um acompanhamento periódico do processo por colaboradores da Ambisousa, de forma a assegurar e a comprovar a correta utilização destes equipamentos.

Em 2023 foram efetuadas diversas visitas de acompanhamento a compostores existentes; realização de diversas ações de formação sobre compostagem doméstica em estabelecimentos de ensino do Vale do Sousa, disponibilizando, em alguns casos, o respetivo compostor.

Em 2023 encontram-se colocados nos municípios da Ambisousa 7 342 compostores domésticos, dos quais 1 079 são relativos a candidaturas realizadas pelos municípios ao Fundo Ambiental.

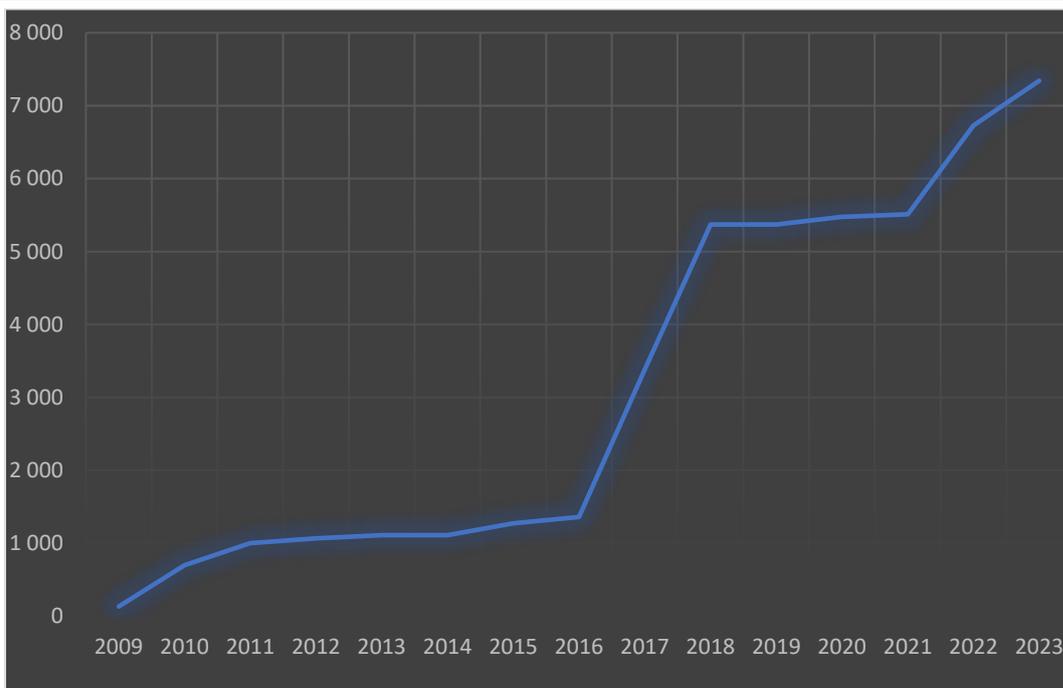


Gráfico 17 – Nº de compostores distribuídos na Ambisousa

Atendendo ao número de compostores já distribuídos, estima-se que possam estar diretamente abrangidos a este projeto cerca de 18 355 habitantes, tendo sido desviadas de aterro aproximadamente 1694 toneladas de resíduos biodegradáveis e produzidas cerca de 755 toneladas de composto.

Do total de compostores entregues, 244 equipamentos estão afetos a entidades, a maior parte das quais são estabelecimentos de ensino. Em 2023 distinguimos algumas escolas com o galardão “Escola Terra à Terra, tendo sido realizadas 40 ações de sensibilização nestes locais.



Figura 3 – Galardão “Escola Terra à Terra”



Figura 4 – Realização de ações de sensibilização sobre compostagem em escolas em 2023

10.3 Dia Mundial do Ambiente

O Dia do Ambiente é uma data especial para a Ambisousa!

Já há vários anos que temos vindo a desenvolver iniciativas como a Semana do Ambiente, na qual geralmente existem sempre atividades que envolvem os mais pequenos numa ação de sensibilização para os cuidados a ter com o meio ambiente.

Elaboramos passatempos e desafios, oferecendo como prémio mini ecopontos e visitas às nossas Estações de Triagem.

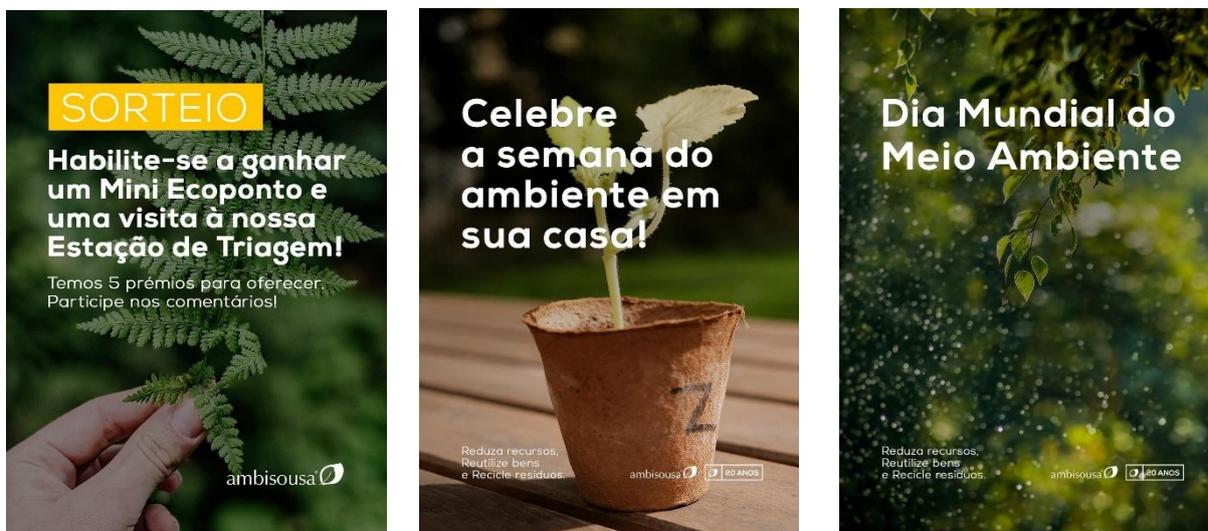


Figura 5 – Desafios lançados no “Dia do Ambiente”

10.4 Visitas à Estação de Triagem e Aterro Sanitário

As visitas constituem uma atividade de sensibilização da Ambisousa de segunda a sexta-feira. Estas começam com uma sessão de esclarecimento sobre a missão da Ambisousa, o seu objetivo e as diferentes infraestruturas. De seguida, a visita é realizada na Estação de Triagem, local onde é feita a separação das embalagens, provenientes da recolha seletiva dos resíduos sólidos. Durante a mesma é explicado os caminhos que os resíduos percorrem, desde que são depositados nas respetivas infraestruturas até à sua passagem pelas unidades operacionais e o encaminhamento para o destino correto. A visita prossegue para o Aterro Sanitário, onde se visualiza o espaço destinado à deposição final dos resíduos sólidos. Com esta atividade de sensibilização, os jovens ficam mais alerta para as questões do Ambiente e para a importância cada vez maior que a Reciclagem assume na nossa sociedade!

Recebemos visitas das comunidades escolares (alunos, pessoal docente e não docente), instituições, escolas profissionais, associações, lares de idosos, universidades, empresas entre outros. Não existe número mínimo, mas tentamos que o máximo sejam 25 elementos por visita.

Em 2023 recebemos nas nossas instalações 848 visitantes.



Figura 6 – Visitas às Infraestruturas da Ambisousa

10.5 Visitas às Escolas

A Sensibilização Ambiental é uma ferramenta fundamental para a mudança comportamental relativamente ao meio ambiente. Sensibilizar é procurar atingir uma predisposição da população para uma mudança de atitudes.

Mudar atitudes requer educação, apresentando os meios da mudança que conduzem à melhor atitude, ao comportamento adequado perante o ambiente. As ações de sensibilização e educação ambiental, visam estimular nos cidadãos mudanças de condutas e comportamentos, em particular ao nível do espírito de participação e responsabilidade civil, demonstrando a importância da limpeza pública, do planeamento e execução da recolha de resíduos, de reduzir a produção dos resíduos e reutilizar, reciclar e/ou valorizar determinados resíduos.

A Ambisousa realiza e leva às escolas ações de sensibilização relativas a diferentes temáticas como a prevenção, reutilização e separação dos resíduos.



Figura 7 – Visitas às Escolas

10.6 Participação da Ambisousa

Com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental nos domínios da separação multimaterial, bem como incentivar à adoção de práticas ambientalmente mais sustentáveis a Ambisousa marcou presença em vários eventos públicos. Com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização e educação ambiental em 2023 estivemos presentes em vários eventos públicos nomeadamente, na maior Feira Agrícola do Norte e Centro do País, a Agrival, que decorreu entre os dias 19 e 28 de agosto no Pavilhão de Feiras e Exposições, em Penafiel, fomos palestrantes no Projeto Scale: Scaling Up Applied Creativity Labs for Europe, em Lousada. Estivemos também presentes no Ação Flores & Sabores em Penafiel, na semana do Ambiente de Paredes, nomeadamente nas EB de Vilela, e JI de Infância de São Marcos em Rebordosa.

Apoiamos a Comissão de Festas do Sr. dos Afitos de Lousada, bem como o Passeio Enduro Extreme Boneca no dia 27 maio, o Trail Boneca D'Ouro que decorreu em outubro, o Poço Negro Trail, a ACIP - Ave Cooperativa Intervenção Psico-Social, C.R.L, que visa promover a qualidade de vida das pessoas com deficiência/incapacidade e os Bombeiros de Entre-os-Rios.



Figura 8 – Presença da Ambisousa

10.7 Projeto “Tampinhas & Embalagens”

Desde 2005 que a Ambisousa promove este projeto, no qual efetua a troca de tampas e das respetivas embalagens plásticas por material ortopédico. Embora este projeto possa ser mais enquadrado numa perspetiva de responsabilidade social, a componente ambiental está intrinsecamente associada, dado que desta forma também se evita que estes materiais sejam depositados em aterro sanitário.

Em 2023 a Ambisousa rececionou 43 toneladas tampas plásticas e 13.27 toneladas de embalagens plásticas, tendo disponibilizado cerca de 23 490€ para a aquisição de diverso material ortopédico.

Desde o início deste projeto, a Ambisousa recebeu mais de 2.517 toneladas de tampas e cerca de 683 toneladas de embalagens plásticas.



Figura 9 – Exemplos do material disponibilizado via projeto “Tampinhas e Embalagens”

10.8 Prémio “Melhor Desempenho, Mais Reciclagem”

A Ambisousa, foi uma das vencedoras da 2ª edição do concurso "Melhor Desempenho, Mais Reciclagem" destinado a todos os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) de Portugal Continental e Ilhas, que efetuam a recolha e tratamento de Embalagens de Cartão para Alimentos Líquidos (ECAL) para reciclagem, com contrato celebrado com a Sociedade Ponto Verde.

Este concurso, promovido pela Tetra Pak e pela Sociedade Ponto Verde, teve como objetivo o incentivo de aumento das quantidades recolhidas e enviadas para reciclagem de embalagens ECAL. A Ambisousa teve um aumento de 29% nas retomas e encaminhamento para reciclagem deste material.

O prémio total, com o valor de 5 000.00€ foi entregue a duas organizações de cariz social, o Centro Social e Paroquial de Lustosa – Lousada e a Associação para o Desenvolvimento da Freguesia de Rio Mau – Penafiel, cuja atuação decorre dentro da nossa área de abrangência, premiando assim toda a comunidade que contribui para alcançarem este feito.

O valor entregue a cada instituição foi de 2 500.00€.



Figura 10 – Imagens da entrega do prémio

10.9 Pirilampo Mágico 2022

"A energia ilumina o sonho" é assim que chega até nós a Campanha do Pirilampo Mágico 2023, voltando ao seu mês habitual, o mês de maio.

A Ambisousa, no âmbito da sua política de responsabilidade social, tem-se associado nos últimos anos, a uma campanha que é hoje um dos maiores símbolos de solidariedade social em Portugal, sabendo que a causa a que está associada – o apoio a crianças e jovens com deficiência intelectual e/ou multideficiência – justifica todo o nosso apoio.

Os colaboradores da Ambisousa associam-se a esta campanha contribuindo com a compra do pirilampo ou outros artigos alusivos à campanha nomeadamente "pins", sacos, t-shirts, canecas e chévenas.



Figura 11 – Pirilampo Mágico

10.10 Passatempos nas Redes Sociais

Hoje em dia, a popularidade das redes sociais é enorme e poucos, mas mesmo muito poucos, são os negócios que conseguem sobreviver sem a utilização desta realidade virtual. Até porque, seja orientado para as vendas, para o cliente ou para o produto, o papel do marketing nas redes sociais evidencia-se cada vez mais. Por isso a Ambisousa também apostou em passatempos direcionados a diferentes alvos populacionais tendo sempre como foco a reciclagem e os resíduos.



Figura 12 – Imagens de passatempos

10.11 Redes sociais #Porque qualquer um de nós é capaz de cuidar dos seus próprios biorresíduos#

A prevenção e a recolha seletiva dos biorresíduos contribui para o cumprimento de metas europeias de desvio ou de reciclagem. Desta forma a Ambisousa, através das redes sociais, tem sensibilizado e incentivado a separação deste tipo de resíduos na origem através da compostagem doméstica. Pretende-se o envolvimento da comunidade bem como a promoção da utilização do composto resultante.



Figura 13 – Imagens #Biorresíduos/Compostagem#

10.12 Licenças Ambientais e Licenças de Exploração

O esforço desenvolvido pela Ambisousa na proteção do ambiente no seu todo foi devidamente reconhecido pela Agência Portuguesa do Ambiente, com a emissão das Licenças Ambientais dos aterros de Lustosa e Rio Mau. Este reconhecimento resulta da nossa postura ambiental responsável e inflexível, sobre um domínio sobre o qual todos temos obrigação de zelar.

Os Títulos Únicos Ambientais TUA20181123000646 (aterro sanitário de Penafiel) e TUA20190306000099 (aterro sanitário de Lustosa) regulam a gestão ambiental da atividade de exploração destas infraestruturas e compreendem o conjunto de procedimentos e planos de proteção ambiental a adotar pela Ambisousa, entre os quais o de um rigoroso Plano de Monitorização Ambiental, abrangendo análises periódicas às águas subterrâneas, lixiviados, águas superficiais, águas pluviais, gases emitidos e ao ruído.

10.13 Plano de Monitorização Ambiental

A Ambisousa cumpriu integralmente o Plano de Monitorização Ambiental estabelecido nas Licenças Ambientais em vigor, incidindo sobre o controlo das suas emissões, tendo sido alvo de monitorização os seguintes elementos:

- Dados topográficos;
- Dados meteorológicos;
- Dados qualitativos e quantitativos de qualidade de águas subterrâneas;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas pluviais potencialmente contaminadas;
- Dados qualitativos e quantitativos de lixiviados brutos produzidos;
- Dados qualitativos e quantitativos de águas residuais após pré-tratamento e,
- Dados qualitativos de emissões atmosféricas.
- Caracterização de resíduos urbanos

A colheita de amostras e as análises referentes aos controlos das emissões foram realizados por laboratórios externos acreditados para o efeito, tendo os resultados obtidos sido enviados para as entidades competentes, nomeadamente a APA, a CCDR-N e a ERSAR.

No ano de 2023 o custo total das campanhas de monitorização rondou os 19 363 €, o que revela a importância atribuída pela Ambisousa a esta área. Conforme referido anteriormente, os resultados da monitorização são periodicamente enviados para verificação por parte das entidades administrativas, reunindo os elementos demonstrativos do cumprimento das licenças ambientais e de exploração, bem como os sucessos alcançados e as dificuldades encontradas para atingir as metas acordadas.

O RAA reúne todas as informações ambientais das infraestruturas da Ambisousa, incluindo pontos de situação relativos às condições de operação, nomeadamente no que se refere às operações e práticas de gestão de resíduos, alterações topográficas, controlo de lixiviados, gestão de recursos (água e energia), sistemas de tratamento e pontos de emissão, emissões das instalações e monitorização ambiental, reclamações apresentadas, execução e metas do Plano de Desempenho Ambiental, emergências verificadas e ações corretivas implementadas.

Como já referido, para além da elaboração dos relatórios enunciados anteriormente, a Ambisousa, paralelamente, submete os dados de monitorização ambiental e de gestão de resíduos em várias plataformas informáticas para controlo e verificação externa pela APA, CCDR-N e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), designadamente:

- Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU/SiliAMB);
- Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR/SiliAMB);
- Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR);
- Balcão Eletrónico da CCDR-N (monitorização de emissões poluentes para a atmosfera), e
- Indicadores de 3ª Geração (Portal ERSAR).

Relativamente a esta última plataforma, os indicadores de 4ª Geração permitem avaliar o desempenho da Ambisousa para a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, bem como efetuam um *benchmarking* com outros sistemas de gestão de resíduos de âmbito nacional, comparando performances e desempenhos.

Acresce ainda que toda a base de dados de monitorização ambiental da Ambisousa encontra-se internamente concentrada num sistema de informação geográfica denominado “*AmbiSIG – Portal de Informação Geográfica e Monitorização Ambiental da Ambisousa*”. Esta ferramenta informática, para além das múltiplas vantagens no armazenamento e integração dos diferentes conjuntos de dados em sistema único, proporciona a georreferenciação dos vários equipamentos de proteção e controlo ambiental existentes, bem como uma análise e otimização dos recursos materiais e humanos afetos ao projeto de compostagem doméstica do Vale do Sousa.



Figura 14 – AmbiSIG da Ambisousa

10.14 Tratamento de Lixiviados

De forma a garantir o tratamento eficaz e ambientalmente seguro dos lixiviados produzidos nos aterros sanitários, a Ambisousa efetua um pré-tratamento inicial por arejamento em lagoas, encaminhando posteriormente estes efluentes para tratamento numa Estação de Tratamento de Águas Residuais, por intermédio de camião-cisterna (aterro sanitário de Penafiel) ou por coletor municipal (aterro sanitário de Lustosa).

No ano de 2023 foram enviados para tratamento 110 700 m³ de lixiviado, representando um aumento de aproximadamente 13% face a 2022, explicada pelo facto de nosso processo de selagem dos aterros ter sido necessário retirar as telas temporárias para colocação das definitivas.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução anual deste indicador, bem como a evolução da respetiva precipitação média (mm/d), possibilitando constatar a relação direta que existe entre estes indicadores.

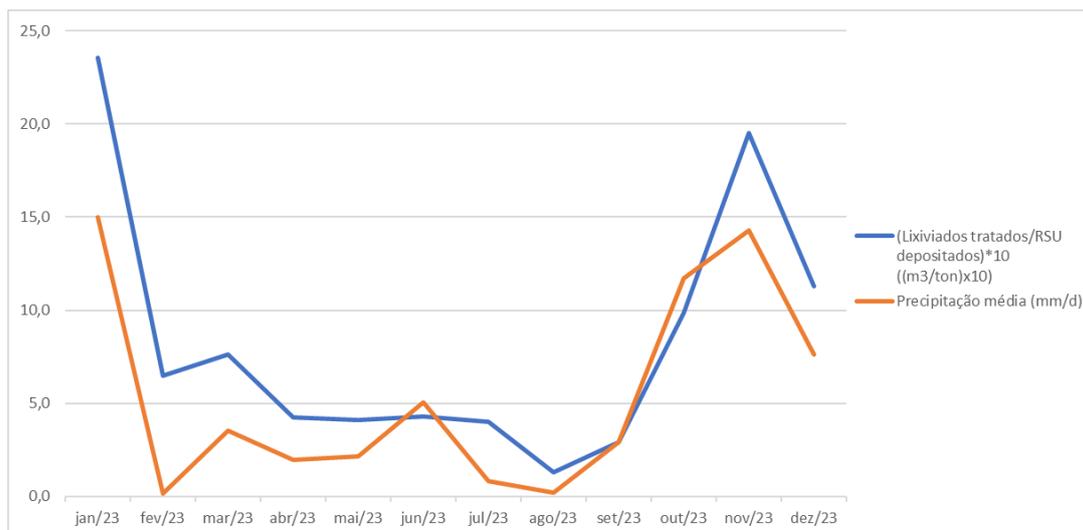


Gráfico 18 – Evolução do indicador “Lixiviados tratados/RSU’s depositados” e registro de Precipitação

10.15 Valorização do Biogás de aterro

O biogás produzido nos aterros sanitários, resultante da decomposição da fração biodegradável dos resíduos urbanos, é essencialmente constituído por metano (CH_4) e dióxido de carbono (CO_2), gases que contribuem significativamente para o aquecimento global.

Ciente da necessidade de que o biogás deve ser captado, tratado e utilizado de forma a reduzir ao mínimo os efeitos negativos ou a deterioração do ambiente e os riscos para a saúde humana, a Ambisousa implementou nos seus aterros Centrais de Valorização Energética (CVE). Nestas instalações o biogás produzido é captado e valorizado, produzindo consequentemente energia elétrica para injeção na Rede Elétrica Nacional.

No ano de 2023, as CVE dos aterros de Lustosa e Rio Mau produziram um total de 2.372.682 kWh, equivalente ao consumo de energia elétrica de 637 habitações, evitando a emissão de 1651 toneladas de CO_2 . Esta produção obtida representa um aumento de aproximadamente 12%, face ao ano anterior.

Em agosto de 2023 retomou-se a produção de energia em Lustosa, após o término da obra de selagem do Aterro Sanitário de Lustosa. Já em Rio Mau, após melhoramento das linhas de captação de biogás aquando do fecho da obra de selagem em Rio Mau, foi possível aumentar a produção naquela instalação.

No gráfico seguinte apresentam-se as evoluções das produções anuais de energia nas CVE (kWh), relativamente aos dois últimos anos.



Gráfico 19 – Produções anuais de energia nas Centrais de Valorização Energética (kWh)

No gráfico seguinte apresenta-se uma comparação desde 2014, relativamente às emissões evitadas de CO₂ e ao equivalente de consumo de energia elétrica produzida.

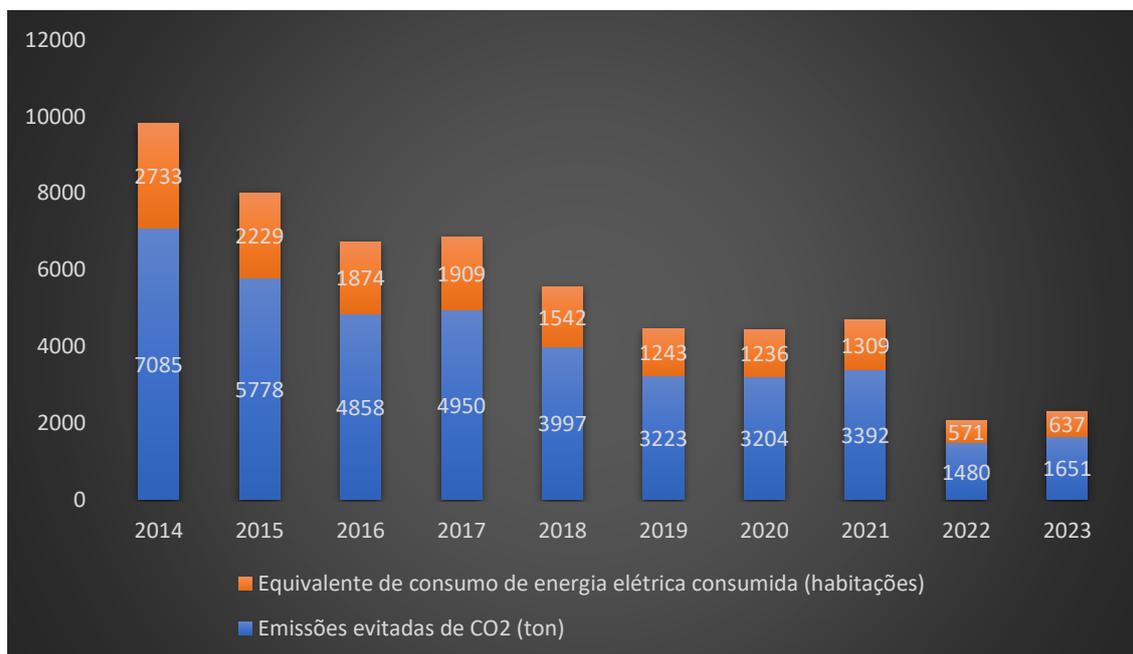


Gráfico 20 – Emissões evitadas de CO₂ (ton) e Equivalente de consumo de energia elétrica produzida (habitações)

10.16 Projeto Solar-Fotovoltaico

Ciente da necessidade de contribuir para um esforço conjunto de mitigação das alterações climáticas, aproveitando a orografia e as condições meteorológicas existentes nos aterros sanitários de Lustosa e Penafiel, a Ambisousa decidiu implementar em cada uma destas infraestruturas um sistema solar-fotovoltaico, com uma potência unitária de 70 kW.

Estima-se uma produção global anual, para cada sistema, de aproximadamente 116 000 kWh, traduzido num investimento total de aproximadamente 183.000 €. O período de retorno do investimento será, ao que tudo indica, de 5,3 anos.

O concurso foi lançado no final de outubro de 2013, e a respetiva entrada em funcionamento ocorreu em agosto de 2014, embora nesse mês tenham ocorrido os necessários testes de afinação

Este investimento, para além de apresentar um retorno rápido do investimento, enquadra-se e contribui efetivamente na concretização da iniciativa 20-20-20, lançada pela UE, na qual se pretende aumentar o peso das energias renováveis na Europa, reduzindo as emissões de CO₂ e melhorando a eficiência energética em 20% até 2020. A implementação deste sistema evidencia um excelente exemplo de boas-práticas ambientais e reflete o esforço da Ambisousa em promover a utilização de recursos energéticos renováveis e alternativos.

No ano de 2023 foi produzido um total de 161 667 kWh de energia nas centrais solares fotovoltaicas da Ambisousa, no qual 82 552 kWh dizem respeito à unidade de Lustosa e 79 115 kWh à de Penafiel.

De setembro de 2014 até ao final de 2023, o sistema produziu na sua totalidade 1 716 821 kWh, dos quais 848 120 kWh no aterro de Lustosa, e 868 701 kWh no aterro de Penafiel.

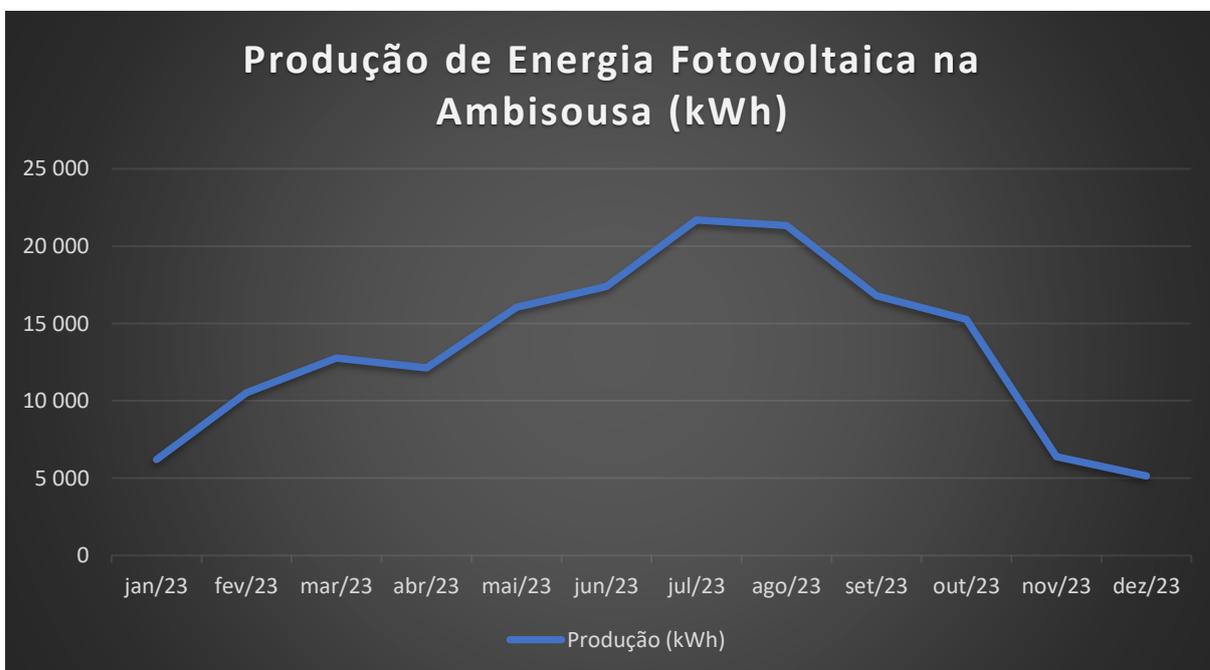


Gráfico 21 – Produção fotovoltaica na Ambisousa

10.17 Aterro para Resíduos Inertes da Louseira da Boneca

O Aterro de Inertes de Rio Mau localiza-se na Serra da Boneca, Município de Penafiel, e constitui-se como uma infraestrutura adequada à deposição de resíduos inertes, possibilitando a requalificação ambiental de uma antiga exploração de lousas (ardósias), repondo, tanto quanto possível, as condições iniciais do terreno e a sua integração paisagística.

A antiga exploração da louseira implicou alterações significativas no meio ambiente, com repercussões nos sistemas circundantes, originando uma diminuição e deterioração do coberto vegetal original, conduzindo a uma diminuição da qualidade biofísica de toda a área. De facto, resultou numa área onde são evidentes as alterações morfológicas provocadas, onde a criação de acessos aos poços e plataformas das escombreyras originou o assoreamento e desregularização das linhas de água existentes, nomeadamente, a Ribeira da Louseira, afluente do Rio Mau.

A deposição de resíduos inertes no local permitirá a criação de uma topografia mais próxima da original (antes da exploração da louseira), e a resolução de algumas situações inseguras no local. Após a deposição dos resíduos inertes, o aterro será selado e sujeito a integração paisagística, de modo a criar um parque de recreio.

Este aterro de inertes, único do género na área de intervenção da Ambisousa, possui uma capacidade total de 124 000 toneladas e um volume de encaixe total de 103 156 m³. Com esta Unidade, fica assim assegurado um destino final para este tipo de resíduos, evitando que sejam ilegalmente descarregados no meio ambiente e permitindo a resolução de um pesado passivo ambiental.

A licença de exploração do Aterro de Resíduos Inertes foi renovada em 2016 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), sendo válida até 31 de dezembro de 2022. No entanto, e de acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), mais concretamente no artigo 65º, o agendamento da vistoria de reexame é da responsabilidade da entidade licenciadora, mantendo-se a continuidade da exploração até à sua realização. Neste momento aguardamos o agendamento da vistoria referida.

Em 2023, este aterro rececionou 490,98 toneladas de resíduos inertes, o que se traduz num aumento de aproximadamente 26%, face a 2022. Em termos globais, o aterro de resíduos inertes da louseira da boneca rececionou até ao momento 10 327,68 toneladas de material inerte.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução das quantidades totais rececionadas nesta instalação.

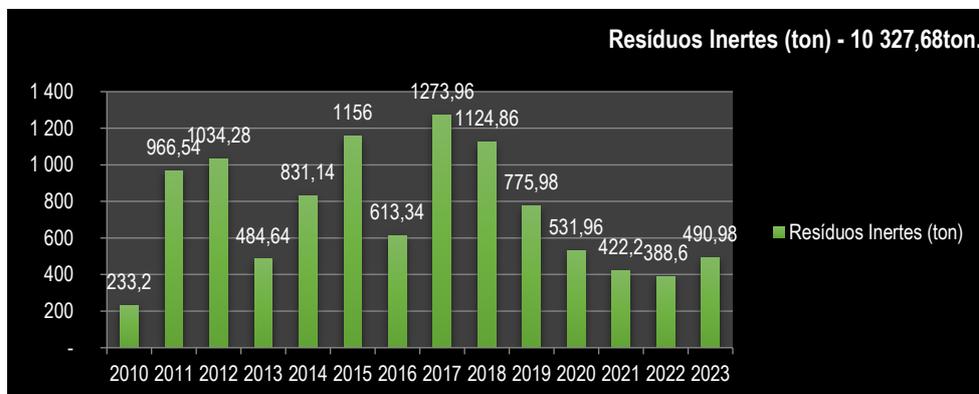


Gráfico 22 – Resíduos inertes rececionados

10.18 Reformulação das Unidades de Triagem de Lustosa e Penafiel

A candidatura “Reforço da recolha seletiva e triagem de Resíduos Urbanos” insere-se na estratégia definida no Eixo 2 - Promover o aumento das recolhas seletivas e a retoma de materiais recicláveis do PAPERSU da Ambisousa, compreendendo a densificação da atual rede de ecopontos, bem como a reformulação dos centros de triagem de Lustosa e Penafiel. Esta candidatura obteve um financiamento aprovado pelo POSEUR de 5.218.942,63 €.

Esta obra foi iniciada em novembro de 2017, tendo até final desse ano sido desenvolvidos os trabalhos de definição de *layout* final das instalações, elaboração do projeto de execução, bem como início das demolições da antiga unidade de triagem de Lustosa.

Durante o ano de 2018 foi executada cerca de 80% da obra, correspondendo à quase totalidade da parte de construção civil e também à maioria dos equipamentos eletromecânicos previstos. Em 2019 os centros de triagem iniciaram a sua atividade.

Em 2022 foi aprovado o último auto de medição da obra, estando a mesma encerrada.

Na Figura seguinte apresentam-se imagens da nova Estação de Triagem de Lustosa.



Figura 15 – Imagens da nova Unidade de Triagem de Lustosa

10.19 Rede de ecopontos

Tendo em vista potenciar a recuperação de materiais recicláveis e o cumprimento das metas impostas no quadro legislativo, tem sido uma preocupação da Ambisousa colocar à disposição de todos os municípios da sua área de intervenção equipamentos adequados à deposição seletiva de resíduos.

Para o efeito, a Ambisousa tem vindo a fornecer ecopontos aos vários Municípios, quer para aumento da rede, quer para substituições de equipamentos danificados.

No final de 2023 contabilizou-se no Vale do Sousa um total de 1 695 ecopontos, aos quais corresponde um rácio de 1 ecoponto para 194 habitantes.

Encontram-se também instalados um total de 256 vidrões isolados, aos quais a Ambisousa também efetua a respetiva recolha.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de ecopontos disponíveis no Vale do Sousa desde 2012.

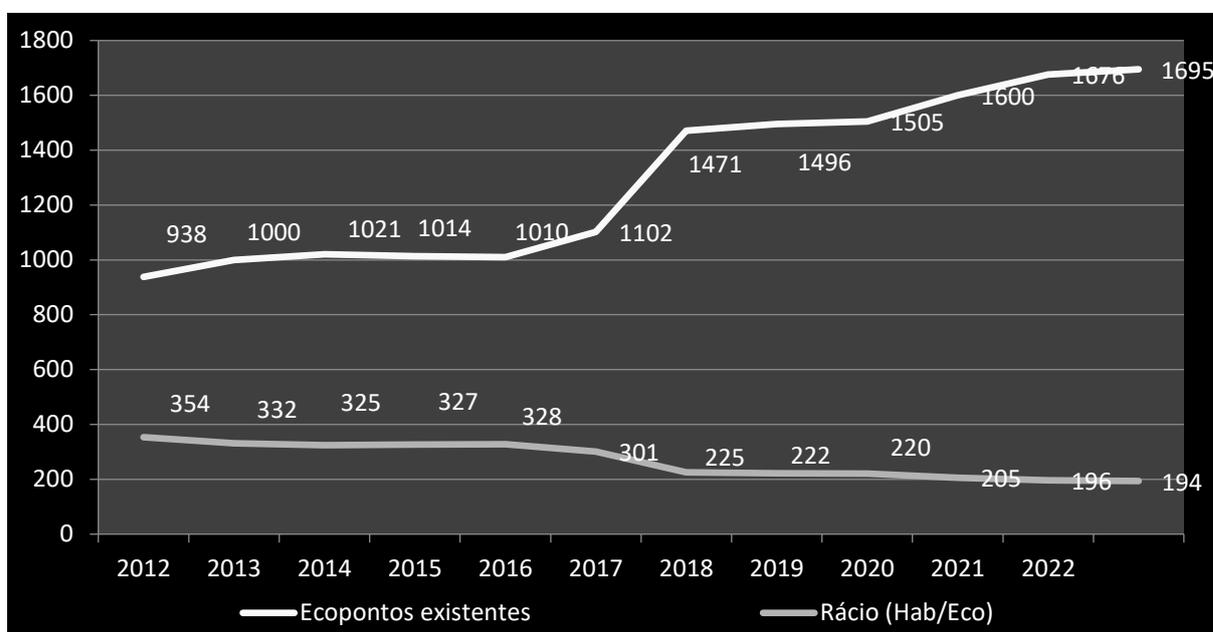


Gráfico 23 – Evolução do nº de ecopontos disponíveis e respetivo grau de cobertura no Vale do Sousa

10.20 Projetos inovadores – Ecocentros móveis

A presente operação tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis (têxteis, jornais e revistas, madeiras, pilhas e suportes multimédia) na área de intervenção da AMBISOUSA, a efetuar através de recolha itinerante (Ecocentros Móveis) que, concomitantemente, assegurará também a recolha seletiva 3F, em particular em zonas não servidas pela atual rede de ecopontos. Com esta operação pretende-se contribuir para o aumento da preparação para reutilização e reciclagem, retomas de recolha seletiva e para o desvio de RUB de aterro, e ainda, para a progressiva eliminação da deposição direta de resíduos urbanos em aterro. Este projeto-piloto visa aumentar quantitativos de RS (novos fluxos; complementar a esquemas

existentes) por Ecocentros Móveis com sistema PAYT (premiando aderentes com descontos à tarifa). Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 31/07/2019 e tem um investimento previsto de 306.595€.

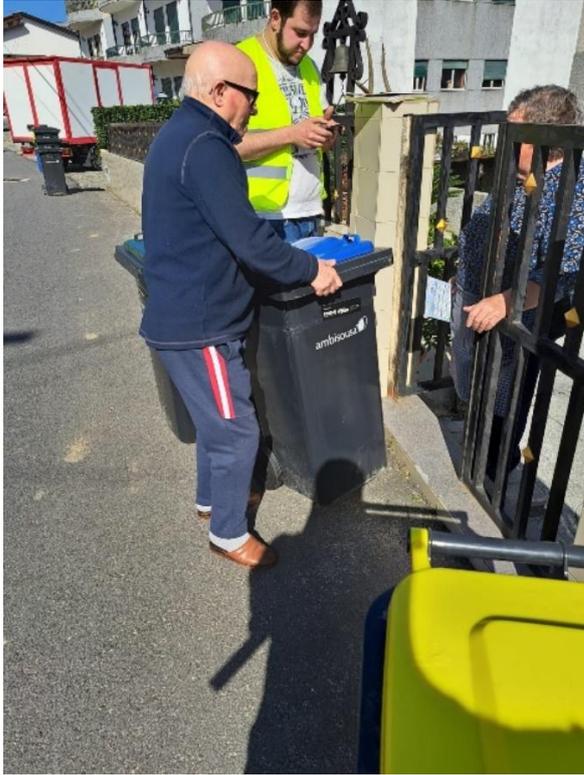
Apesar de se terem verificado atrasos, devido à pandemia por covid19, designadamente na entrega dos equipamentos do sistema PAYT (componentes e chips eletrónicos) e contentorização necessária, esta candidatura foi executada em 2022, permitindo a disponibilização dos equipamentos em 2023.

10.21 Recolha seletiva porta-a-porta em zonas piloto

A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. A recolha seletiva porta-a-porta em produtores domésticos será implementada em áreas predominantemente de moradias (zonas piloto) em 5 dos 6 concelhos integrantes da AMBISOUSA, sendo abrangida uma população de 16 500 habitantes (cerca de 5% do total do Sistema) e 6 100 fogos. Os produtores não domésticos abrangidos são 260 estabelecimentos, dos quais 20% HORECA. Os objetivos da operação são o acréscimo de materiais a recolher de 2.057 t/ano, dos quais cerca de metade em produtores domésticos (59 Kg/hab.ano), assim contribuindo para os objetivos nacionais de aumento das retomas da recolha seletiva, aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis, e da redução da deposição de RU em aterro. Esta candidatura foi aprovada pelo POSEUR em 17/10/2019 e tem um investimento previsto de 845.112,50€.

No final de 2022 foram entregues as 3 viaturas previstas, tendo-se iniciado a operacionalização no terreno desta candidatura durante o 1º trimestre de 2023, a qual envolveu uma campanha de sensibilização e comunicação à população, incluindo a disponibilização de contentores (figuras seguintes)







CALENDRÁRIO NOVO DE RECOLHA

Recolha a partir das **06:00**

O Ecoponto em sua casa

Nos dias e horários definidos coloque os respetivos contentores no exterior, para que os resíduos sejam recolhidos pela Ambisousa.

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
						1	1	2	3	4	5			1	2	3	4	5		
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	6	7	8	9	10	11	12
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	13	14	15	16	17	18	19
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	20	21	22	23	24	25	26
23	24	25	26	27	28	29	27	28						27	28	29	30	31		
30	31																			

ABRIL							MAIO							JUNHO						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
						1	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11
10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18
17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25
24	25	26	27	28	29	30	29	30	31					26	27	28	29	30		

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
						1	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
						1	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31
30	31																			

● Amarelo - embalagens plásticas e metal
● Verde - embalagens de vidro
● Azul - papel e cartão

FELEGIUMS - CI

Felgueiras
cidade sustentável

Cada embalagem no seu contentor

DEPOSITAR ✓



embalagens de plástico, garrafas de bebidas, latas, sacos de plástico

NÃO DEPOSITAR ✗



papel e cartão, pilhas, eletrodomésticos, outros plásticos que não embalagens

DEPOSITAR ✓



garrafas, frascos, botes

NÃO DEPOSITAR ✗



lâmpadas e lâmpadas, sacos de plástico, vidro plano e janelas, vidros de espelhos, lâmpadas, frascos de medicamentos

DEPOSITAR ✓



caixas de cartão, revista e jornais, papel de escrita e impressora

NÃO DEPOSITAR ✗



sacos de plástico, produtos tóxicos, papel sujo, fraldas, papel vegetal, papel plastificado, autocollantes

Sistema vantajoso e inovador

- > Facilita a separação;
- > Promove a separação e reciclagem dos resíduos;
- > Reduz a quantidade de resíduos indiferenciados;

Saiba mais em:
www.ambisousa.pt
 Info porta-a-porta: 930 600 246

ambisousa
 Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos

Co-financiado por:
POS+UR **PORTUGAL 2020** 

Avenida Sá e Melo n.º 30 Cristelos
 4620-009 – Lousada, Portugal

Figura 16 - Sensibilização da população e disponibilização de contentorização para o PaP

Em 2023 foram também iniciados os circuitos de recolha porta-a-porta em todos os municípios envolvidos nesta candidatura (figuras seguintes).





Em 2023 foi ainda realizada uma auditoria de verificação física pelo POSEUR a esta operação, tendo sido evidenciada uma correta execução da mesma, não tendo sido apontada qualquer irregularidade ou apresentada qualquer recomendação.

11. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 – Situação Económica

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela Ambisousa, EIM, no exercício de 2023.

O processo inflacionário que as economias europeias experimentaram na sequência do conflito iniciado em fevereiro de 2022 entre a Ucrânia e a Rússia teve fortes consequências, e cujos efeitos ainda persistiram em 2023, com efeito, e para mitigar a tendência inflacionista, ocorreu uma intervenção musculada do Banco Central Europeu usando o seu principal mecanismo para controle do processo inflacionário, mediante uma subida generalizada a cada reunião do referido organismo das taxas de juro de referência. Esta intervenção à data do presente relatório revelou-se positiva se considerarmos somente o efeito no travão da inflação.

Considerando que à data de fecho do exercício anterior, já era expectável a referida intervenção do BCE, a Ambisousa, EIM teve a oportunidade e tempo para tomar medidas para mitigar esses efeitos. A principal medida adotada foi o atraso deliberado na celebração do contrato de financiamento e consequente utilização de fundos provenientes da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo para conclusão dos pagamentos da empreitada da Central de Valorização Orgânica. Desta forma, e recorrendo somente a fundos próprios existentes quer seja à ordem ou a prazo foi possível cumprir com pontualidade por um lado, os compromissos assumidos para a empreitada da referida unidade, e por outro aguardar confirmação do início da fase decrescente na evolução das taxas de juro que se prevê para o decorrer de 2024 e 2025.

Em 2023 verificou-se uma recuperação nos resultados da empresa após a forte travagem verificada em 2022, fruto essencialmente do incremento no valor das prestações de serviços às autarquias. Todas as restantes componentes de Vendas e Prestações de Serviços aos privados estabilizaram em 2023 após os fortes decréscimos do ano anterior.

Os resultados apresentados foram os seguintes:

(Valores em Euros)	2023	2022
Resultados Operacionais	175.466	-280.341
EBITDA	1.600.676	1.200.195
Resultados Antes de Impostos	175.383	-280.344
Imposto sobre o Rendimento	-24.414	-9.322
Resultado Líquido do Exercício	150.969	-289.666

A Ambisousa EIM, concluiu o exercício económico de 2023, com uma situação económica estável, fruto da boa situação adquirida em anos anteriores e também na medida em que no início do segundo semestre de 2022

aquando da deteção da clara trajetória de diminuição de receitas, foram imediatamente implementadas contramedidas nomeadamente no que diz respeito à negociação da tarifa existente à altura, à contenção dos custos de funcionamento e à racionalização em termos de prioridades dos investimentos a efetuar.

O desempenho nos resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) que ascendeu a 1.600.676€ que comparam positivamente com os 1.200.195€ do ano anterior, é um indicador positivo não obstante da conjuntura adversa. Os restantes resultados refletem a situação vivida no ano de 2023 sendo que os resultados operacionais voltaram a ser claramente positivos e tendo de igual forma o RLE ter invertido a sua situação de negativo de -289.666€ para 150.969€ positivos.

Rendimentos e ganhos

(Valores em Euros)	2023	2022	Variação	
			2023-2022	
			Valor	%
Vendas	2.487.695	2.515.518	-27.823	-1,11%
Prestação de serviços (gestão de resíduos)	4.110.441	3.359.514	750.927	22,35%
Subsídios à Exploração	21.862	18.844	3.018	16,02%
Ganhos e perdas imp de subs, associadas	0	0	0	0,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	536.233	654.321	-118.088	-18,05%
Total dos Rendimentos e Ganhos	7.156.232	6.548.197	608.035	9,29%

Os rendimentos do exercício atingiram o montante 7.156.232Euros. Este valor reflete uma variação positiva em relação ao ano de 2022 de 608.035 Euros. Esta variação resultou essencialmente de um forte acréscimo na prestação de serviços às autarquias, com uma variação de cerca de 750.927€ Euros. Não obstante dessa evolução, fruto essencialmente do aumento no valor da tarifa cobrada, verificou-se uma estagnação no valor referente às vendas de reciclados, com uma variação homóloga de -1.11% ou 27.823Euros. A estagnação no valor das vendas de reciclados prevê-se que possa ser alterada assim que a Central de Valorização Orgânica inicie a laboração e também com a entrada em vigor dos novos preços para os valores de contrapartida dos produtos reciclados.

Gastos e Perdas

(Valores em Euros)	2023	2022	Variação	
			2023-2022	
			Valor	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	601.677	688.445	-86.768	-12,60%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.132.710	1.992.672	140.038	7,03%
Custos com o Pessoal	2.566.061	2.481.767	84.294	3,40%
Outros Gastos e Perdas	255.108	185.117	69.990	37,81%
Amortizações, Ajustamentos e Imparidade	1.425.210	1.480.536	-55.326	-3,74%
Total dos Custos e Perdas	6.980.766	6.828.538	152.227	2,23%

A evolução observada nas rubricas de gastos revela que a evolução das diferentes rubricas está em linha com o que seria esperado para um período de forte pressão inflacionista. Não obstante verifica-se que o total global de todas as rubricas de gastos revela somente um incremento de gastos na ordem dos 2,23% o que traduz uma gestão cuidada dos gastos nos seus variados níveis.

O total dos gastos e perdas de 2023 ascenderam ao valor de 6.980.766 Euros, evidenciando o forte abrandamento nos gastos imposto pela direção da empresa após identificação da tendência de redução dos rendimentos e também na diminuição da rubrica de amortizações, ajustamentos e imparidades.

A rubrica que registou o maior incremento em valor absoluto foi a rubrica "Fornecimentos e serviços Externos" com um agravamento de 140.038 Euros, este acréscimo está em linha com o esperado num cenário macroeconómico marcado pela inflação.

O valor global dos gastos ficou no entanto abaixo do que seria expectável num cenário macroeconómico marcado pela inflação. Para a obtenção desse resultado verificou-se o contributo de um decréscimo acentuado com os gastos relacionados com o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, com um decréscimo de 86.768 Euros.

Importa ainda salientar que a rubrica referente a outros gastos e perdas, teve um incremento não esperado de 37,81%, valor explicado por um acontecimento isolado em outubro de 2023 no qual a empresa Ambisousa, EIM foi alvo de uma burla informática no valor de 40.840,30€, facto esse que foi devidamente encaminhado para as autoridades com competência para investigar e dar sequência a nível judicial. Não obstante, e considerando por um lado que se trata de uma queixa contra desconhecidos, e por outro, que pela sua natureza é altamente improvável a recuperação dos montantes, foram estes incluídos como gasto do presente exercício.

	2023	2022	Varição
Depreciações-edifícios outras construções	222.911	327.811	-104.900
Depreciações-equipamento básico	420.708	416.016	4.692
Depreciações-equipamento de transporte	344.721	294.933	49.788
Depreciações-equipamento administrativo	13.688	16.032	-2.344
Depreciações-outras ativos fixos tangíveis	103.101	87.034	16.066
Programas de computador	1.217	19.845	-18.628
Selagem dos Aterros	318.865	318.865	0,00
Total das Depreciações	1.425.210	1.480.536	-423.198

	2023	2022	Varição %	
Ativo Não Corrente	19.798.331	15.081.395	4.716.935	31,28%
Ativos fixos tangíveis	19.184.998	14.151.258	5.033.740	35,57%
Ativos fixos intangíveis	585.872	905.953	-320.082	-35,33%
Ativo Corrente	6.424.092	11.485.501	-5.061.409	-44,07%
Clientes	3.248.244	3.048.289	199.955	6,56%
Caixa e depósitos bancários	2.869.380	8.089.475	-5.220.095	-64,53%
Total do Ativo	26.222.423	26.566.897	-344.474	-1,30%
Capital Próprio	16.922.123	15.068.431	1.853.692	12,30%
Provisões	2.663.448	4.868.093	-2.204.645	-45,29%
Passivo por impostos diferidos	2.128.486	1.525.541	602.945	39,52%
Passivo Corrente	4.508.366	5.104.831	-596.465	-11,68%
Fornecedores	380.663	601.004	-220.341	-36,66%
Outras dívidas a pagar	4.044.650	4.449.877	-405.227	-9,11%
Total do Capital Próprio e Passivo	26.222.423	26.566.897	-344.474	-1,30%

No que respeita a análise da situação patrimonial e financeira, destaca-se que apesar de o total do Ativo não revelar uma variação significativa relativamente ao ano anterior, com uma variação negativa de 1.30%, existiram no entanto importantes alterações na sua composição. A principal alteração, prende-se com o facto já explicado anteriormente neste documento na opção da direção financeira em não recorrer a financiamento bancário em 2023 para pagamento da empreitada da construção da Central de Valorização orgânica em face ao contexto de subida generalizada das taxas de juro. Para o efeito, a Ambisousa EIM recorreu aos seus fundos próprios e disponibilidades bancárias. Assim, verifica-se que ao aumento relativo de 31,28% no ativo não corrente, correspondeu a uma diminuição de 44,07% no ativo corrente.

De destacar ainda a boa execução até à data no recebimento do programa POSEUR-351-CVO que comparticipa a construção da central de valorização orgânica, sendo que essa execução se reflete nas rubricas de “Capital Próprio” e de “Passivos por Impostos Diferidos”.

Positivamente, é ainda de destacar a evolução positiva da rubrica de “Fornecedores” com um decréscimo de 220.341 Euros.

Indicadores Financeiros

INDICADORES	2023	2022
Liquidez Geral	1,42	2,25
Fundo de Maneio *	1.915,73	6.380,67
Prazo médio Recebimentos **	180	189
Autonomia Financeira	0,64	0,58
Meios Libertos *	1.449,62	1.489,86

* Valores em milhares de euros

** Valores em dias

Em relação aos indicadores financeiros apresentados, registe-se o facto de se manterem positivos, apesar do contexto adverso, sendo de realçar, o facto do prazo médio de recebimentos ter prosseguido com a sua trajetória de desagramento, passando de 189 dias em 2022, para um prazo de 180 dias, neste exercício.

Os indicadores de liquidez geral e fundo de maneio tiveram uma evolução negativa, não obstante traduzem uma boa situação económica e financeira fruto essencialmente da boa posição inicial da empresa. Por outro lado, os indicadores de Autonomia Financeira e Meios Libertos mantiveram-se relativamente estáveis, mantendo portanto uma perspectiva favorável para o desempenho futuro.

12. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal, nem ao Centro Regional da Segurança Social, nem quaisquer outras entidades públicas.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do exercício de 2023, que ascendeu ao valor de 150.969,12€, seja dada a seguinte aplicação:

- 10 % para Reserva Legal, na quantia de 15.096,91 €;
- A quantia remanescente, no valor de 135.872,21€, seja aplicado na conta “Reserva para Investimentos Futuros”.

14. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos das alíneas a), b) e d) do número 1 do Artigo 29º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

Balanço da Empresa;

Demonstração dos Resultados por Natureza;

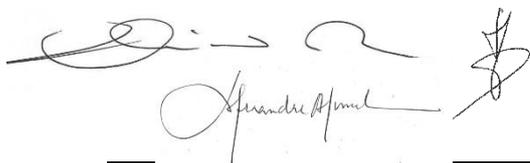
Demonstração das variações do Capital Próprio

Demonstração dos fluxos de caixa;

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-23	31-dez-22
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	(8)	19.184.997,71	14.151.258,13
Ativos intangíveis	(7)	585.871,79	905.953,46
Outros Investimentos financeiros	(9; 15,10)	27.461,00	24.183,88
Ativos por impostos diferidos			
		19.798.330,50	15.081.395,47
Ativo Corrente			
Inventários	(10)	109.992,95	107.541,81
Clientes	(14.1)	3.248.244,12	3.048.288,63
Estado e Outros entes públicos	(15.1)	54.374,87	93.248,94
Outros créditos a receber	(14.2)	140.307,54	110.997,50
Diferimentos	(15.2)	1.792,53	35.948,96
Caixa e depósitos bancários	(4)	2.869.380,30	8.089.475,30
		6.424.092,31	11.485.501,14
Total do Ativo		26.222.422,81	26.566.896,61
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	(14.5)	600.000,00	600.000,00
Reservas legais	(14.6)	757.790,81	757.790,81
Outras reservas	(14.6)	7.660.572,14	7.950.238,42
Resultados transitados		-254.880,21	0,00
Ajustamento / Outras variações no capital próprio	(14.7)	8.007.670,82	6.050.068,01
		16.771.153,56	15.358.097,24
Resultado líquido do período		150.969,12	-289.666,28
Total do capital próprio		16.922.122,68	15.068.430,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	(13)	2.663.448,08	4.868.093,33
Passivo por impostos diferidos		2.128.485,80	1.525.541,14
		4.791.933,88	6.393.634,47
Passivo corrente			
Fornecedores	(14.3)	380.663,15	601.004,36
Estado e outros entes públicos	(15.1)	77.393,70	53.949,33
Financiamentos Obtidos		5.659,37	0,00
Outras dívidas a pagar	(14.4)	4.044.650,03	4.449.877,49
		4.508.366,25	5.104.831,18
Total do passivo		9.300.300,13	11.498.465,65
Total do capital próprio e do passivo		26.222.422,81	26.566.896,61

(1) - O euro.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

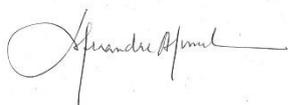
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	(11)	6.598.136,45	5.875.031,90
Subsídios à exploração	(15.8)	21.862,11	18.843,94
Ganhos/perdas imput de subsid, associadas e empreend.conj.	(9)	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-601.677,20	-688.445,35
Fornecimentos e serviços externos	(15.3)	-2.132.709,85	-1.992.671,98
Gastos com o pessoal	(15.4)	-2.566.061,08	-2.481.767,33
Provisões do período (Aumentos/Reduções)		0,00	148.786,00
Outros rendimentos	(15.5)	536.233,09	505.535,23
Outros gastos	(15.6)	-255.107,53	-185.117,47
Resultado antes de deprec, gastos de financ. e imp		1.600.675,99	1.200.194,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15,7)	-1.425.209,87	-1.480.536,30
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e imp)		175.466,12	-280.341,36
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-83,22	-2,56
Resultado antes de impostos		175.382,90	-280.343,92
Imposto sobre o rendimento do período	(12)	-24.413,78	-9.322,36
Resultado líquido do período		150.969,12	-289.666,28

(1) - 0 euro.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado






Entidade: AMBISOUSA - EMP. INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM
Demonstração individual das alterações no capital próprio no exercício de 2023 e 2022

Unidade monetária (1)

	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2023	600.000,00	-	757.790,81	7.950.238,42	-	-	-	6.050.068,01	(289.666,28)	15.068.430,96
Alterações no período:										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-
Alterações de políticas contabilísticas										-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										-
Ajustamentos por impostos diferidos								1.425.902,06		1.425.902,06
Ajustamentos de subsídios ao investimento								531.700,75		531.700,75
Efeito de aquisição / alienação de participadas										-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(254.880,21)					(254.880,21)
Aplicação do resultado líquido do exercício				(289.666,28)					289.666,28	-
	-	-	-	(289.666,28)	(254.880,21)	-	-	1.957.602,81	289.666,28	1.702.722,60
Resultado líquido do período									150.969,12	150.969,12
Resultado integral									440.635,40	1.853.691,72
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										-
Realizações de prémios de emissão										-
Distribuições										-
Entradas para cobertura de perdas										-
Outras operações										-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2023	600.000,00	-	757.790,81	7.660.572,14	(254.880,21)	-	-	8.007.670,82	150.969,12	16.922.122,68
NO PERÍODO 2022										
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2022	600.000,00		743.424,77	7.820.944,02				2.525.882,44	143.660,44	11.833.911,67
Alterações no período:										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										-
Alterações de políticas contabilísticas										-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										-
Ajustamentos por impostos diferidos								936.808,81		936.808,81
Ajustamentos de subsídios ao investimento								2.587.376,76		2.587.376,76
Efeito de aquisição / alienação de participadas										-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			14.366,04	129.294,40					(143.660,44)	-
Aplicação do resultado líquido do exercício										-
	-	-	14.366,04	129.294,40	-	-	-	3.524.185,57	(143.660,44)	3.524.185,57
Resultado líquido do período									(289.666,28)	(289.666,28)
Resultado integral									(433.326,72)	3.234.519,29
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										-
Realizações de prémios de emissão										-
Distribuições										-
Entradas para cobertura de perdas										-
Outras operações										-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2022	600.000,00	-	757.790,81	7.950.238,42	-	-	-	6.050.068,01	(289.666,28)	15.068.430,96

(1) - O euro.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



AMBISOUSA - EMPRESA INTERM.DE TRATAMENTO E GESTÃO RESÍDUOS SÓL,EIM
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

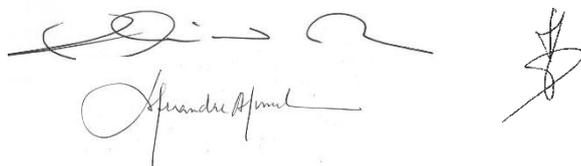
Unidade monetária (1)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		10.291.684,23	10.583.208,61
Pagamentos a Fornecedores		-6.973.257,77	-3.104.520,34
Pagamentos ao Pessoal		-2.148.160,56	-2.237.342,06
		1.170.265,90	5.241.346,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		5.265,32	-18.605,04
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(4)	-841.459,30	-2.853.925,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		334.071,92	2.368.815,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-8.517.195,99	-8.891.695,09
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>		-4.172,56	-8.912,17
<i>Outros Ativos</i>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			
<i>Ativos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>		-817,12	1.636,32
<i>Outros Ativos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>	(14.7)	2.943.653,84	4.913.468,20
<i>Juros e rendimentos similares</i>		2.502,80	0,00
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-5.576.029,03	-3.985.502,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Subsídios e Doações	(15,8)	21.862,11	18.843,94
Outras operações de financiamento	(9)	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		0,00	-3.090,47
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)		21.862,11	15.753,47
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-5.220.095,00	-1.600.933,75
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.089.475,30	9.690.409,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.866.220,93	8.089.475,30

(1) - O euro.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado




15. Notas às Demonstrações Financeiras

Nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos da Empresa, junta-se o anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Notas às Demonstrações Financeiras

Nota 1. Identificação da entidade

A Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM foi constituída por escritura pública celebrada em 14 de outubro de 2002. Tem a sua sede na Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos 4620-009 Lousada.

A Empresa tem como objeto social a exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza e higiene públicas, na área geográfica do Vale do Sousa.

A Associação de Municípios do Vale do Sousa é a única detentora do capital social, que atualmente ascende a 600.000 €.

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 17.º que “Um município, uma associação de municípios ou uma área metropolitana podem delegar os respetivos serviços descritos no artigo 2.º em empresa do sector empresarial local, abreviadamente designada por empresa municipal, cujo objeto compreenda a gestão dos mesmos.” E no n.º 3 do mesmo artigo que “A delegação referida no n.º 1 é efetuada através da celebração de contrato de gestão delegada entre o município, a associação de municípios ou a área metropolitana e a empresa municipal delegatária.”

Neste sentido, em 17/07/2019 foi celebrado entre a Ambisousa e a Associação de Municípios do Vale do Sousa um contrato de gestão delegada que regula a delegação dos serviços de recolha seletiva dos resíduos recicláveis provenientes dos ecopontos e ecocentros integrados no sistema; a triagem dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente e seu encaminhamento através das entidades gestoras de fluxos de embalagem licenciadas no âmbito do SIGRE; receção, tratamento e destino final de resíduos da recolha indiferenciada, nomeadamente por via da gestão de aterros sanitários e instalações anexas e outras atividades no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos que a Delegante vier a delegar na Entidade Gestora, atento ao necessário equilíbrio financeiro.

No Contrato de Gestão Delegada é também definido o regime dos bens afetos à prestação de serviços, que são propriedade dos municípios e que foram cedidos à Ambisousa para execução do Contrato, que impende a obrigação de devolução aos municípios que os cederam, no termo do mesmo, o que se justifica pelo simples facto de a Ambisousa não ser a proprietária de tais bens.

Consideram-se afetos à prestação dos serviços pela Entidade Gestora os bens que lhe foram transmitidos pelos Municípios nos termos aí definidos, nomeadamente os ecopontos.

Quanto a estes bens, findo que se afetos à prestação dos serviços pela Entidade Gestora os bens que lhe foram transmitidos pelos Municípios nos termos aí definidos, nomeadamente os ecopontos.

Por outro lado, os bens adquiridos *ab initio* pela Ambisousa (ou que venham por esta a ser adquiridos) são da sua propriedade, e não por força do termo do Contrato. Nesta situação enquadram-se os ecopontos e aterros adquiridos/construídos pela Ambisousa.

O Contrato de Gestão Delegada está sujeito a parecer obrigatório da ERSAR, sob pena de nulidade, nos termos do preconizado no Decreto-Lei n.º 194/2009, tendo sido remetido a esta entidade para o efeito em 31/05/2019, não tendo até à data a mesma apresentado qualquer parecer. O Conselho de Administração obteve um parecer jurídico suportando que a ERSAR tem 30 dias para emitir parecer, passado este período o contrato pode ser executado, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2023	2022
	Anos de vida útil	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 20	10 - 20
Equipamento básico	8 - 20	8 - 20
Equipamento de transporte	4	4
Equipamento administrativo	4 - 10	4 - 10
Outros Ativos tangíveis	3 - 20	3 - 20

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo fixo tangível ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Imparidade A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se, por um lado, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respetivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma

nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil, sendo que no ano de 2022 voltou a ocorrer a reavaliação da vida útil dos aterros e correspondente avaliação do custo da selagem.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da Linha Reta. Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os intangíveis relacionados com as selagens dos aterros até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2023	2022
	Anos de vida útil que restam	Anos de vida útil que restam
Aterro de Lustosa	2 anos	3 anos
Aterro de Rio Mau	1 anos	2 anos

Prevê-se que o Aterro de Lustosa encerre em meados de 2025 e o Aterro de Rio Mau encerre no final de 2024. A vida útil do software é de 3 anos.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / reversões de depreciação e amortização.

(c) Participações financeiras - outros métodos

A Empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em empresas que não são subsidiárias nem associadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subseqüentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

Imparidade

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. A evidência objetiva de imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;
- Alterações significativas com efeitos adversos que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que o emitente opere.

Todos os instrumentos de capital próprio foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

(d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(d.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados;
- Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

- As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e

- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício. O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é residente em Portugal e é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%. Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(e) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos. Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos

inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

(f) Ativos Financeiros não incluídos na alínea c) acima

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os Ativos financeiros não incluídos na alínea anterior e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(f.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Serviços Prestados descritos na alínea n) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos
- Dívidas do pessoal
- Outros devedores

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade. A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea f).

(f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço e;
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Ativos Não Correntes Detidos para Venda.

(g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não é reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(h) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(i) Rubricas do Capital Próprio

(i.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(i.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(i.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

(i.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos) Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

(i.5) Outras variações no capital próprio - subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos de impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem i.e. amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(j) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o

valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

A provisão para as responsabilidades com o encerramento dos Aterros está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos;
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Os custos de restauro dos Aterros, em cuja obrigação se incorre com a atribuição das licenças de exploração dos Aterros, fazem parte do custo do ativo fixo intangível correspondente e são amortizados linearmente ao longo da vida útil dos Aterros.

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(l) Benefícios dos Empregados

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento. De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

(m) Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo.

(m.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(m.2) Fornecedores

Os saldos de fornecedores são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

(m.3) Outras Dívidas a Pagar

As outras contas a pagar, incluem: Credores por acréscimos de gastos; Fornecedores de investimento; Dívidas ao pessoal; Outros credores. São registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado não difere do seu valor nominal.

n) Vendas e serviços prestados

As Vendas são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

(o) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos. Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

(p) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva.

(q) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(r) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Principais julgamentos e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias

em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

(b) Provisões para Impostos

A Empresa, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

(c) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(d) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(e) Taxa de Desconto

A provisão é descontada à taxa de juro das obrigações do tesouro a 10 anos.

(f) Custo com o encerramento

Com a obtenção das Licenças de Exploração a Ambisousa ficou com a responsabilidade de encerramento dos Aterros, nos termos da legislação em vigor.

A Ambisousa encomendou a uma entidade externa um estudo que, para além da estimativa dos custos associados a esta responsabilidade, também elaborou um plano de encerramento dos Aterros. Com as conclusões deste estudo, foi definido o valor da provisão a realizar para este efeito.

Em 2019 foi adjudicado a “Elaboração dos projetos de selagem dos aterros de Lustosa e Rio Mau”, do qual resulta uma estimativa dos custos associados e por conseguinte levou a uma atualização da provisão já contabilizada. Com base nos levantamentos topográficos realizados em fevereiro de 2022, foi efetuada nova estimativa de vida útil dos aterros. Estima-se um tempo de vida de 3,04 anos no caso do Aterro Sanitário de Lustosa e de 2,19 anos no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau, ou seja, o esgotamento da capacidade do Aterro Sanitário de Lustosa ocorrerá em 2025 e no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau no final de 2024.

Nota 4. Fluxos de caixa

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

Decomposição de caixa e seus equivalentes		
	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	149,23	127,30
Depósitos à ordem	2.864.231,07	5.584.348,00
Depósitos a prazo	5.000,00	2.505.000,00
	2.869.380,30	8.089.475,30

A linha “Outros recebimentos/pagamentos relativos à Atividade Operacional” no montante de 841.459,30 euros, da Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados inclui os diversos impostos liquidados pela Ambisousa, nomeadamente retenções na fonte, taxa SNS, IMI, FCT, etc.

Importante referir que por uma questão de alteração na política de alocação dos pagamentos ocorrida em 2020, entendeu a Ambisousa, EIM considerar os pagamentos à segurança Social na rubrica pagamentos ao pessoal.

Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

Nota 6. Partes relacionadas

Os saldos e transações com estas entidades relacionadas são os seguintes:

a) Saldos

Entidades	31.12.2023	31.12.2022
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	23.409,23	40.951,17
Câmara Municipal de Paredes	1.574.377,08	1.594.372,86
Câmara Municipal de Penafiel	524.058,29	438.810,76
Câmara Municipal de Paços Ferreira	14.621,97	11.367,82
Câmara Municipal Felgueiras	101.241,63	96.059,27
Câmara Municipal de Lousada	174.860,16	76.824,15
TOTAL	2.412.568,36	2.258.386,03

b) Transações

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Total Líquido 2023
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	151.415,39		151.415,39
Câmara Municipal de Paredes	1.040.034,90		1.040.034,90
Câmara Municipal de Penafiel	787.930,72		787.930,72
Câmara Municipal de Paços Ferreira	649.266,43		649.266,43
Câmara Municipal Felgueiras	645.067,90		645.067,90
Câmara Municipal de Lousada	538.253,20	28.324,28	509.928,92
TOTAL	3.811.968,54	28.324,28	3.783.644,26

Entidades	Prestação Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Total Líquido 2022
Câmara Municipal de Castelo de Paiva	121 297,79		121 297,79
Câmara Municipal de Paredes	833 152,31		833 152,31
Câmara Municipal de Penafiel	623 287,06		623 287,06
Câmara Municipal de Paços Ferreira	514 641,60	103,45	514 538,15
Câmara Municipal Felgueiras	527 481,54		527 481,54
Câmara Municipal de Lousada	429 547,87	18 216,13	411 331,74
TOTAL	3 049 408,17	18 319,58	3 031 088,59

Nota 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

UNIDADE MONETÁRIA (1)

31-dez-23					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	91.140,75	0,00		0,00	91.140,75
Out. ativos intangíveis	3.741.681,30	0,00		0,00	3.741.681,30
Total	3.832.822,05	0,00		0	3.832.822,05
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	88.909,36	1.216,55		0	90.125,91
Out. ativos intangíveis	2.837.959,23	318.865,12		0	3.156.824,35
Total	2.926.868,59	320.081,67		0	3.246.950,26
Valor Líquido	905.953,46				585.871,79

31-dez-22					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas computador	91.140,75	0,00		0,00	91.140,75
Out. ativos intangíveis	3.741.681,30	0,00		0,00	3.741.681,30
Total	3.832.822,05	0,00		0	3.832.822,05
	Saldo inicial	Amortização do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas computador	69.064,73	19.844,63		0	88.909,36
Out. ativos intangíveis	2.519.094,11	318.865,12		0	2.837.959,23
Total	2.588.158,84	338.709,75		0	2.926.868,59
Valor Líquido	1.244.663,21				905.953,46

(1) - O Euro.

Os outros ativos intangíveis referem-se, às responsabilidades da Empresa com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Foram mensurados, na data de reconhecimento inicial, ao valor descontado dos custos totais estimados, à data da atribuição das respetivas licenças. Em 2019 foi efetuada uma nova avaliação do custo da selagem e da respetiva vida útil.

Com base nos levantamentos topográficos realizados em fevereiro de 2022, foi efetuada nova estimativa de vida útil dos aterros. Estima-se um tempo de vida de 3,04 anos no caso do Aterro Sanitário de Lustosa e de 2,19 anos

no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau, ou seja, o esgotamento da capacidade do Aterro Sanitário de Lustosa ocorrerá em 2025 e no caso do Aterro Sanitário de Rio Mau no final de 2024.

Nota 8. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	31-dez-23				
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos	2.298.066,51	190.169,80	0,00	0,00	2.488.236,31
Edifícios	6.205.280,57	82.862,57	0,00	0,00	6.288.143,14
Equip. básico	5.234.656,50	16.787,81	0,00	0,00	5.251.444,31
Equip. transporte	2.977.875,19	105.375,85	0,00	0,00	3.083.251,04
Equip. administrativo	141.625,92	5.034,90	0,00	0,00	146.660,82
Outros	1.779.368,78	0,00	0,00	0,00	1.779.368,78
Investimento em curso	5.547.635,66	7.882.440,57		-2.143.803,72	11.286.272,51
Total	24.184.509,13	8.282.671,50	0,00	-2.143.803,72	30.323.376,91
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	3.943.756,86	222.911,10	0,00	0,00	4.166.667,96
Equip. básico	3.309.684,25	420.707,62	0,00	0,00	3.730.391,87
Equip. transporte	1.531.381,36	344.721,10	0,00	0,00	1.876.102,46
Equip. administrativo	116.195,78	13.687,62	0,00	0,00	129.883,40
Outros	1.132.232,75	103.100,76	0,00	0,00	1.235.333,51
Total	10.033.251,00	1.105.128,20	0,00	0,00	11.138.379,20
Valor Líquido	2.893.668,31				19.184.997,71

	31-dez-22				
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos	31.250,00	0,00	0,00	2.266.816,51	2.298.066,51
Edifícios	6.217.280,57	-12.000,00	0,00	0,00	6.205.280,57
Equip. básico	5.159.856,50	74.800,00	0,00	0,00	5.234.656,50
Equip. transporte	2.632.875,19	345.000,00	0,00	0,00	2.977.875,19
Equip. administrativo	163.191,13	4.623,29	0,00	-26.188,50	141.625,92
Outros	1.707.994,78	71.400,00	0,00	-26,00	1.779.368,78
Investimento em curso	53.525,00	7.760.927,17	0,00	-2.266.816,51	5.547.635,66
Total	15.965.973,17	8.244.750,46	0,00	-26.214,50	24.184.509,13
	Saldo inicial	Depreciações do exercício	Perda por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	3.615.546,20	328.210,66	0,00	0,00	3.943.756,86
Equip. básico	2.893.668,31	416.015,94	0,00	0,00	3.309.684,25
Equip. transporte	1.236.447,88	294.933,48	0,00	0,00	1.531.381,36
Equip. administrativo	126.329,50	16.054,78	0,00	26.188,50	116.195,78
Outros	1.091.721,42	87.034,44	0,00	46.523,11	1.132.232,75
Total	8.963.713,31	1.142.249,30	0,00	72.711,61	10.033.251,00
Valor Líquido	0,00				14.151.258,13

À semelhança do ano anterior as principais aquisições do ano dizem respeito à empreitada para construção da central de valorização orgânica e terrenos, bem como a aquisição de bens e equipamentos para apoio para diversos setores da empresa, em conformidade com as principais aquisições do ano evidenciadas no seguinte quadro:

Principais Aquisições

Descrição	Valor
Toyota ProACE City BEV BC-80-XV (Apoio Gestão de Frota)	30.585,85
Camião Volvo BF-24-AA (Transporte Águas Residuais)	74.790,00
Obra beneficiação edifício Sede	29.530,40
Terreno - Central de Valorização Orgânica	190.169,80
Investimento em curso – Construção da Central de Biorresíduos	7.882.440,57
Total	8.207.516,62

Nota 9. Participações financeiras - outros métodos

O Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Vale do Sousa deliberou, no dia 25 de janeiro de 2016, a reversão gratuita da quota de 10% que detinha na Pan-Eco para a Ambisousa.

Em 2023 não foram recebidos quaisquer dividendos, sendo que o último ano em que foram recebidos quaisquer dividendos foi em 2021 pelo montante de 1.000€.

Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc e empreend. conjuntos	2023	2022
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, assoc e empreend. conjuntos	0,00	0,00
	0,00	0,00

Nota 10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

2023			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais		107.541,81	107.541,81
Compras	0,00	604.128,34	604.128,34
Regularizações			0,00
Existências finais		109.992,95	109.992,95
Custos no exercício	0,00	601.677,20	601.677,20

2022			
Descrição	Mercadorias	Matérias Subsidiárias	Total
Existências iniciais		49.473,75	49.473,75
Compras	1.380,00	745.133,41	746.513,41
Regularizações			0,00
Existências finais		107.541,81	107.541,81
Custos no exercício	1.380,00	687.065,35	688.445,35

Não existem imparidades registadas em Inventários.

Nota 11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2023	2022
Vendas		
- Reciclados	2.487.695,23	2.515.518,15
Prestação de Serviços		
- Deposição de resíduos	3.863.967,16	3.051.104,12
- Venda Energia Elétrica	204.234,55	277.607,09
- Venda de energia - Fotovoltaico	23.649,82	23.802,99
- Outros serviços	18.589,69	6.999,55
	6.598.136,45	5.875.031,90

Com exceção do forte incremento na rubrica “Deposição de Resíduos” e no aumento em “Outros Serviços” as restantes apresentaram contração, sendo que a diminuição da “Venda de energia Elétrica” está relacionada com os trabalhos de selagem dos aterros. Com o início dos trabalhos de selagem em Lustosa, tivemos de proceder à desconexão de grande parte da rede de captação de biogás, tendo-se procedido à paragem da produção de energia, dado que o biogás captado não era suficiente para alimentar a produção, optando-se por queimar o biogás captado no queimador auxiliar, conforme previsto em licenciamento. No caso de Rio Mau, a diminuição da

produção esteve relacionada com a exploração do aterro e manutenções corretivas efetuadas ao equipamento de produção de energia, que esteve parado durante vários períodos.

O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, no seu artigo 16.º dispõe a obrigatoriedade de aplicação de uma tarifa única para todos os serviços a prestar pela Ambisousa. Neste sentido e de acordo com um estudo de viabilidade e trajetória tarifária elaborado no âmbito do contrato de gestão delegada, continuou em 2023 a ser cobrada a tarifa única, que é cobrada sobre os resíduos indiferenciados (os resíduos seletivos não estão sujeitos a tarifa).

Nota 12. Imposto sobre o rendimento do período

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

Imposto sobre o rendimento	2023	2022
Imposto corrente	24.413,78	9.322,36
	24.413,78	9.322,36

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa Imposto
	2023	2022	2023
Resultados antes de impostos	175.382,90	-280.343,92	
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%	
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	14.311,81	0,00	21,00%
Depreciação e amortizações tributadas em anos anteriores	0,00	0,00	
Resultados de associadas	0,00	0,00	
Benefícios fiscais	8.575,00	6.175,00	
Donativos não aceites	6.000,00	1.000,00	
Correções relativas a exercícios anteriores	47.456,49	1,00	
Amortizações não aceites	1.665,00	0,00	
Rendas aluguer viaturas ligeiras passageiros não aceites	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	
	55.121,49	1.001,00	
Lucro tributável	221.929,39	-285.517,92	
Imposto calculado	17.640,75	0,00	
Tributação autónoma	6.773,03	9.322,36	
Imposto sobre o rendimento	24.413,78	9.322,36	13,92%

Nota 13. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte.

31-dez-23					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	4.828.093,33	79.847,41	0,00	2.244.492,66	2.663.448,08
Outras provisões	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Total	4.868.093,33	79.847,41	0,00	2.284.492,66	2.663.448,08

31-dez-22					
	Saldo inicial	Efeito do desconto	Reforço Provisão	Utilização Provisão	Saldo Final
Outros	5.784.830,76	85.385,24	0,00	1.042.122,67	4.828.093,33
Outras provisões	188.786,00	0,00	0,00	148.786,00	40.000,00
Total	5.973.616,76	85.385,24	0,00	1.190.908,67	4.868.093,33

As provisões registadas pela Empresa referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos Aterros, explorados no âmbito da sua atividade. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos em rubricas do Balanço, para além das quantias apresentadas nas contas de Provisões.

Foi constituída em 2017 uma provisão no valor de 148.786€ relativa à estimativa de imposto sobre o rendimento para 2017. Esta provisão estava relacionada com a regularização das dívidas do Município de Paços de Ferreira, mas reconheceu-se na altura uma provisão de valor similar caso a Autoridade Tributária em inspeção também não aceite o custo. Este montante manteve-se nas demonstrações financeiras, até que passasse a possibilidade de revisão do modelo de 2017 o que ocorreu em 2022.

Em 2021 foi constituída uma provisão no valor de 40.000,00€ relativos a uma coima do IGAMAOT que transitou em julgado após recurso interposto pela Ambisousa, sendo que o dito recurso foi julgado improcedente, por esse motivo foi liquidada a referida coima em 2023, usando para o efeito a provisão que havia sido constituída.

A política contabilística adotada no caso de dispêndios de longo prazo referentes ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento encontra-se descrita na alínea j) do parágrafo 3.1. Face ao critério utilizado, encontra-se refletida nas contas de provisões a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são as indicadas no quadro seguinte:

Provisão para matérias ambientais	2023		2022	
	Lustosa	Rio mau	Lustosa	Rio mau
Quantia não descontada do passivo de longo prazo ao restauro dos locais de encerramento e desmantelamento	3.126.593,77	1.781.332,82	3.771.078,01	2.139.128,57
Taxa de desconto	3,09%	3,09%	1,81%	1,81%
Valor do desconto	53.204,77	26.642,64	45.394,66	39.990,58
	3.073.389	1.754.690	3.725.683	2.099.138
Data estimada de encerramento dos aterros			31-12-2025	31-12-2024

Nota 14. Ativos financeiros

Nota 14.1 Clientes

Clientes	31-12-2023	31-12-2022
Clientes c/ gerais-merc. Nacional	3.248.244,12	3.048.288,65
Total de Clientes	3.248.244,12	3.048.288,65

Mapa de Antiguidade de Saldos

31-12-2023						
	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	1.419.193,64	856.295,28	699.993,98	3.318,35	269.442,87	3.248.244,12

31-12-2022						
	Não Venc.	-90 Dias	+90 e -240D.	+240 e -360D.	+360Dias	Total
Total Geral	1.223.566,34	699.232,99	733.553,28	126.417,55	265.518,49	3.048.288,65

Cerca de 74% dos saldos a receber dizem respeito a partes relacionadas, cujo detalhe pode verificar-se na Nota 6. A antiguidade dos saldos é essencialmente relativa aos Municípios. Este valor compara negativamente com o valor do ano passado em 154.182,33 euros.

Nota 14.2 Outros créditos a receber

Outros Créditos a Receber	31-12-2023	31-12-2022
Outros devedores e credores	140.307,54	110.997,38
- Instituto Financeiro	0,00	0,00
- Outras entidades		110.997,38
	140.307,54	110.997,38

Nota 14.3 Fornecedores

Fornecedores	31-12-2023	31-12-2022
Fornecedores c/gerais	380.663,15	601.004,36
	380.663,15	601.004,36

Nota 14.4 Outras dividas a pagar

Outras Dividas a Pagar	31-12-2023	31-12-2022
<u>Credores p/ acréscimos de Gastos</u>		
Remunerações a liquidar	319.067,89	292.755,57
Outros credores p/ acréscimos	34.030,78	100.350,93
<u>Credores Diversos</u>		
Projeto "Tampinhas & Embalagens"	240.034,46	242.601,70
Autoridade Nacional de Resíduos	3.270.011,59	2.908.632,93
Fornecedores de Investimentos	89.943,65	846.647,59
Fundo Ambiental		0,00
Outros Credores Diversos	91.561,66	58.888,77
	4.044.650,03	4.449.877,49

A rubricas que apresentam uma variação mais elevada face ao ano anterior são respetivamente a Autoridade Nacional de Resíduos em função essencialmente do aumento da TGR cobrada registando um valor de aumento de 361.378,66Euros e Fornecedores de Investimento que registaram uma diminuição no valor de 756.703,94€ visto que o cumprimento dos compromissos com os empreiteiros da construção da Central de Valorização Orgânica iniciada no último trimestre de 2022 estar a ser cumprida sem quaisquer atrasos.

Nota 14.5 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e realizado e é decomposto como segue:

		Capital Subscrito	Capital Subscrito
		31-12-2023	31-12-2022
Associação de Municípios do Vale do Sousa	100%	600.000,00	600.000,00

O capital encontra-se integralmente realizado estando representado por 600.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Nota 14.6 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Nos termos dos Estatutos da Ambisousa, a dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura dos prejuízos transitados.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Capital Próprio	31-12-2023	31-12-2022
Reservas		
Reservas Legais	757.790,81	757.790,81
Outras Reservas		
Reservas Livres	5.233.540,41	5.523.206,69
Reserva para Investimentos Futuros	2.427.031,73	2.137.365,45
	8.418.362,95	8.418.362,95

Nota 14.7 Ajustamentos / Outras Variações do Capital Próprio

Movimentos do subsídio	31.12.2022	Aumentos	Reversões (nota 15.5)	31.12.2023
Candidatura Estação Triagem	-123.924,35	0	117.728,02	-6.196,33
Candidatura POSEUR 50	-3.831.028,32	0	1.320.607,41	-2.510.420,91
Candidatura POSEUR 184	-322.476,30	-14.843,55	143.996,93	-193.322,92
Candidatura POSEUR 195 - Contentores	-326.629,25	0	168.482,79	-158.146,46
Candidatura POSEUR 195 - Camiões	-174.509,25	-135.072,21	74.981,46	-234.600,00
Candidatura POSEUR 351 - CVO	-4.379.096,44	-2.653.863,56	0	-7.032.960,00
	-9.157.663,91	-2.803.779,32	1.825.796,61	-10.135.646,62

Passivos por Impostos diferidos	31.12.2022	Recebimento	Reversão	31.12.2023	31.12.2023 (Subsídio + ID)
Candidatura Estação Triagem	129.575,48	0,00	128.274,25	1.301,23	-4.895,10
Candidatura POSEUR 50	803.632,93	0,00	276.444,54	527.188,39	-1.983.232,52
Candidatura POSEUR 184	152.282,31	0,00	111.684,49	40.597,82	-152.725,10
Candidatura POSEUR 195 - Contentores	131.488,66	37.950,25	136.228,15	33.210,76	-124.935,70
Candidatura POSEUR 195 - Camiões	0,00	61.582,50	12.316,50	49.266,00	-185.334,00
Candidatura POSEUR 351 - CVO	919.610,25	557.311,35	0,00	1.476.921,60	-5.556.038,40
	2.136.589,63	656.844,10	664.947,93	2.128.485,80	-8.007.160,82

A Ambisousa viu aprovada em 2016 uma segunda candidatura para “Reforço da recolha seletiva e triagem de resíduos urbanos” (POSEUR-03-1911-FC-000050). Esta candidatura consiste na reformulação das atuais estações de triagem de Lustosa e Penafiel e visa canalizar fluxos diferenciados da recolha seletiva para cada uma das instalações, tendo em vista a otimização e o reforço das estações de triagem. Nesta candidatura está prevista

a “Reformulação dos Centros de Triagem de Lustosa e Penafiel” e o reforço e densificação da atual rede de ecopontos em 461 unidades. O custo total do investimento é de 5.548.432 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 4.518.187,50 €, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 85%.

Em 31/07/2019 foi aprovada a candidatura “Projetos inovadores - ecocentros móveis” (POSEUR-03-1911-FC-000184) que tem como principal objetivo a implementação da recolha seletiva de novas frações de resíduos valorizáveis (têxteis, jornais e revistas, madeiras, pilhas e suportes multimédia) na área de intervenção da AMBISOUSA, a efetuar através de recolha itinerante (Ecocentros Móveis) que, concomitantemente, assegurará também a recolha seletiva 3F, em particular em zonas não servidas pela atual rede de ecopontos. O custo total do investimento previsto é de 306.595 €, sendo a contribuição do fundo de coesão de 85%.

A candidatura POSEUR-03-1911-FC-000195 (recolha seletiva Porta a porta), aprovada em 17/10/2019 tem um investimento previsto de 845.112€. A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. A recolha seletiva porta-a-porta em produtores domésticos será implementada em áreas predominantemente de moradias (zonas piloto) em 5 dos 6 concelhos integrantes da AMBISOUSA, sendo abrangida uma população de 16 500 habitantes (cerca de 5% do total do Sistema) e 6 100 fogos. Os produtores não domésticos abrangidos são 260 estabelecimentos, dos quais 20% HORECA. Os objetivos da operação são o acréscimo de materiais a recolher de 2.057 t/ano, dos quais cerca de metade em produtores domésticos (59 Kg/hab.ano), assim contribuindo para os objetivos nacionais de aumento das retomas da recolha seletiva, aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis, e da redução da deposição de RU em aterro. Devido à covid19 e à dificuldade de entrega de chassis de viaturas novas, verificaram-se atrasos na execução desta candidatura. No entanto, a Ambisousa durante o 1º semestre de 2023 reuniu as condições necessárias para o início desta candidatura.

Foi ainda em 2022 aprovada a candidatura POSEUR-03-1911-FC-000351 (Central de Valorização Orgânica), com um apoio de 8.000.000€, cerca de 45% do custo total do investimento. Esta Unidade permitirá a produção anual de 1 185 800 m³ de biometano a injetar na rede de abastecimento de gás natural e da sua utilização como combustível para abastecimento da frota de viaturas, bem como a produção anual de 8 250 ton de composto.

O projeto desta Unidade teve o acompanhamento de perto da APA e da Secretaria de Estado do Ambiente e será um importante passo na sustentabilidade, eficiência energética e preservação ambiental para a região.

Foi lançado um concurso-público internacional para a conceção-construção desta Unidade, tendo sido adjudicado ao Consórcio ABB-BIANNA pelo valor de 17.448.448,29 €. Prevê-se que esta unidade industrial possa dar início à fase de testes no segundo trimestre de 2024.

Nota 14.8 Garantias prestadas

As garantias prestadas estão espelhadas no seguinte quadro:

Beneficiário	Prestada por:	Finalidade	2023	2022
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 3/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	18.750,00	18.750,00
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração n.º 01/2010/CCDRN	15.875,17	15.875,17
CCDR	Ambisousa	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na renovação da Licença de Exploração n.º 11/2006/INR	134.000,00	134.000,00
Total			187.375,17	187.375,17

Nota 15. Outras informações

Nota 15.1 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Saldos a pagar	31-12-2023	31-12-2022
Imposto s/ o Rendimento	24.413,78	0,00
Retenção de imp. s/ rendimento	8.622,69	11.129,26
Imposto s/ o Valor Acrescentado	0,00	0,00
Contribuições p/ a Seg. Social	44.357,23	42.820,07
	77.393,70	53.949,33

Saldos a receber	31-12-2022	
Imposto s/ o Rendimento	4.895,22	8.622,71
Imposto s/Valor acrescentado	49.479,65	84.626,23
	54.374,87	93.248,94

Em 2022 observou-se um aumento do montante dos saldos a receber da rubrica Estado e outros Entes Públicos fruto essencialmente do processo inflacionário que tem efeitos diretos no IVA dedutível e no apuramento do IVA nas respetivas declarações periódicas. Tal como antecipado, em 2023 o referido saldo diminuiu em mais de 40%, sendo expectável que seja completamente consumido em 2024 fruto essencialmente do aumento da atividade económica.

Nota 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

Diferimentos	31-12-2023	31-12-2022
Seguros	1.617,53	35.046,83
Outros gastos a reconhecer	175,00	902,13
	1.792,53	35.948,96

Nota 15.3 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2023	2022
Trabalhos especializados	987.697,14	994.499,75
Publicidade e propaganda	76.029,81	6.058,31
Vigilância e segurança	160.844,36	148.465,49
Honorários	12.384,78	7.700,00
Conservação e reparação	499.315,59	493.989,32
Outros serviços	57.592,58	73.023,27
Materiais	11.282,81	63.406,19
Energia e Fluidos	78.277,84	50.782,63
Rendas e Alugueres	26.479,25	20.796,40
Comunicações	6.891,80	7.270,06
Seguros	127.534,12	102.544,64
Outros serviços Diversos	88.379,77	24.135,92
	2.132.709,85	1.992.671,98

Verificou-se na rubrica “Fornecimento e Serviços Externos” um aumento dos valores face ao ano de 2022 na ordem dos 9,3% em virtude especialmente de uma forte pressão inflacionária. No entanto a Ambisousa manteve as rubricas de fornecimentos e serviços externos sob forte monitorização para controlar os gastos das rubricas que a constituem.

*Decomposição dos trabalhos especializados:

Rubricas	2023	2022
Tratamento Lixiviados	609.584,62	574.757,16
Controlo analítico dos Aterros	10.643,95	29.311,25
Consultoria	38.536,82	76.082,81
Produção Energia Penafiel	92.179,09	68.377,57
Serviços diversos	236.752,66	245.970,96
TOTAL	987.697,14	994.499,75

Dentro dos trabalhos especializados que na generalidade foram semelhantes ao ano de 2022 para as rubricas em análise, as maiores oscilações percentuais encontram-se nas rubricas de “Tratamento de Lixiviados” e “Produção Energia Penafiel” .

Consciente da impossibilidade de controlar as condições atmosféricas que tem um impacto direto nos gastos com o tratamento de lixiviados, a Ambisousa EIM adquiriu um camião-cisterna para o transporte destes lixiviados, visto este gasto ter o maior impacto na rubrica de tratamento de lixiviados.

Nota 15.4 Gastos com pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	2023	2022
Remunerações do Pessoal	1.880.151,38	1.840.893,76
Encargos Sociais	404.313,58	398.766,50
Seguro de Saúde	106.595,00	109.312,61
Outros gastos com o pessoal	175.001,12	132.794,46
	2.566.061,08	2.481.767,33

Os Órgãos Sociais da Ambisousa não são remunerados. O aumento dos custos de pessoal deve-se essencialmente ao acompanhamento do salário mínimo nacional e à preocupação da Administração de fazer com que os salários tentem acompanhar o aumento do custo de vida.

O número de pessoas ao serviço da empresa é o seguinte:

	2023	2022	Varição 22/23
Contratados sem termo	117	111	6
Contratados a termo incerto	0	0	0
Contratados a termo certo	10	15	-5
Contrato de trabalho em comissão de serviço	1	1	0
TOTAL	128	127	1

Nota 15.5 Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2023	2022
Rendimentos Suplementares	2.602,00	6.800,00
Imputação de Subsídio	498.112,06	452.473,82
Correções relativas a exercícios anteriores	1.003,81	0,00
Outros	34.515,22	46.261,41
	536.233,09	505.535,23

Nota 15.6 Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2023	2022
Impostos	11.960,95	54.565,48
Quotizações	12.252,00	11.790,00
Correções relativas a períodos anteriores	47.456,49	0,00
Atualização da Provisão	79.847,41	85.385,24
Outros custos	103.590,68	33.376,75
	255.107,53	185.117,47

O aumento da rubrica dos Outros Gastos, deve-se, essencialmente à atualização da provisão que entre outros fatores foi influenciada pela taxa de juro inerente das obrigações do tesouro a 10 anos que sofreu um incremento, e pela rubrica de correções relativas a períodos anteriores relacionados com seguros.

Nota 15.7 Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos de depreciação e amortização	2023	2022
Ativos tangíveis	1.105.128,20	1.141.826,55
Ativos intangíveis	320.081,67	338.709,75
	1.425.209,87	1.480.536,30

Nota 15.8 Subsídios à exploração

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Subsídios à Exploração	2023	2022
Candidatura POSEUR 120- Ações de Educação e sensibilização para valorização de Resíduos urbanos	0,00	3.760,31
POSEUR FC - 000184	2.323,52	3.697,88
POSEUR FC - 000195	19.538,59	11.385,75
	21.862,11	18.843,94

Conforme já mencionado anteriormente na Nota 14.7, foi aprovada em 17/10/2019 a candidatura POSEUR-03-1911-FC-000195 (recolha seletiva Porta a porta). A operação destina-se a implementar a recolha seletiva porta-a-porta dos fluxos 3F (papel/cartão, embalagens e vidro) em produtores domésticos (zonas selecionadas) e produtores não-domésticos. Devido à covid19 e à dificuldade de entrega de chassis de viaturas novas, verificaram-se atrasos na execução desta candidatura. A operacionalização no terreno desta candidatura iniciou-se durante o 1º semestre de 2023.

Nota 15.9 Outros investimentos financeiros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-12-2023	31-12-2022
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	26.951,00	23.673,88
Participação na sociedade Pan-Eco Ambisousa, Lda.	510,00	510,00
	27.461,00	24.183,88

Nota 16. Acontecimentos após a data do balanço

Nos primeiros meses de 2024 verificou-se que o processo inflacionista iniciado em 2022 mostra a contínua tendência de diminuição. Em virtude dessa tendência a nível europeu, o BCE já demonstrou abertura para iniciar o processo de baixa das taxas de juro de referência. Esta indicação é importante na medida em que a Ambisousa, EIM optou pela utilização de fundos próprios para o pagamento dos autos de empreitada da construção da Central de Valorização Orgânica durante o ano de 2023, sendo que antecipou que em 2024 e para o pagamento do restante da obra, poderia obter condições mais vantajosas, derivadas essencialmente do início do processo de descida das referidas taxas.

Nota 17 - Litígios e Contingências

A 31.12.2021 foi constituída uma provisão 40.000€ decorrente do facto de a Ambisousa ter dois processos de contraordenação (Processos de contraordenação n.º CO/0001713/17 e n.º CO/0001153/17) em que a entidade administrativa que proferiu os mesmos é a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Território (IGAMAOT).

Em 2 de novembro de 2020 a Ambisousa apresentou recurso de impugnação, tendo o Tribunal reduzido a coima para o valor de 40.000,00€. A Ambisousa apresentou recurso desta decisão. Em novembro de 2022 fomos notificados do acórdão do Tribunal da Relação que manteve decisão da 1ª instância. Em fevereiro de 2023, foi efetuado o pagamento da referida contraordenação.

Nota 18 – Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que ao resultado líquido positivo do exercício de 2023, que ascendeu ao valor de 150.969,12€, seja dada a seguinte aplicação:

- 10 % para Reserva Legal, na quantia de 15.096,91 €;
- A quantia remanescente, no valor de 135.872,21€, seja aplicado na conta “Reserva para Investimentos Futuros”.

Nota 19 – Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Ambisousa, EIM., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles

contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Ambisousa, EIM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 20 – Informações relativas ao revisor oficial de contas

No ano de 2023, os honorários faturados pelo revisor de contas Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda a título de honorários referentes à revisão legal de contas ascenderam a 4.350,00 euros.

Lousada, 16 de abril de 2024

O Contabilista Certificado nº 79070



O Conselho de Administração,



O Ambiente agradece!

Imprima este Relatório a preto e branco e em papel reciclado.

ambisousa[®] 

**Empresa intermunicipal de Tratamento
e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM**

Av. Sá e Melo, n.º 30, Cristelos
4620-009, Lousada

www.ambisousa.pt